



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – Campus XIV – Conceição do Coité -
Bahia
Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – PPED

FABIO BASTOS

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA NA UNEB

**Conceição do Coité-Bahia
2021**

FABIO BASTOS

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA NA UNEB

Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas - DCH – Campus XIV, Linha de pesquisa 2: Cultura Escolar, Docência e Diversidade, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação e Diversidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosane Meire Vieira de Jesus

**Conceição do Coité-Bahia
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bastos, Fabio

Mapeamento da violência na Uneb / Fabio Bastos. – Conceição do Coité, 2021.

81f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Meire Vieira de Jesus

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Educação Campus XIV. Mestrado Profissional em Educação e Diversidade.

Contém apêndices

Este trabalho é dedicado ao Deus Supremo, por dar sentido a minha vida, a minha mãe Norma por me ensinar o respeito aos outros, desde os meus primeiros anos de vida, aos meus irmãos Leonardo e Liliane, a minha esposa Luzimara pela compreensão e cuidado, a minha filha Soll, e a todos que de alguma maneira contribuí na minha trajetória profissional e intelectual.

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro". (Milton Santos)

AGRADECIMENTOS

Sem acreditar no Divino Superior, nem nos meus sonhos, não teria forças para viver cada instante da minha vida. Eis os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram na minha trajetória, seja com críticas ou elogios.

Aos colegas de curso, a todos mesmo, obrigado por fazerem parte da minha formação, bem como aos professores que a cada ensinamento, deixaram muitas sementes que, com certeza, já crescem e produzem frutos do saber, em especial as professoras Obdália Ferraz e Ursula Cunha, que coordena o Programa com todo carinho, competência e atenção a cada um de nós.

A você, Professora Rosane Meire Vieira, toda gratidão pela excelente orientação, paciência e oportunidade de continuar acreditando no que sempre lutei, bem como o apoio nesta pesquisa acadêmica!

A minha esposa Luzimara, grato pela compreensão e paciência nos momentos de ausência, e a minha vidinha Soll, que mesmo na tenra idade foi a todo o momento inspiração neste processo de pura perseverança e desafios hercúleos. Tenho muitas e muitas pessoas a quem tenho enorme carinho e gratidão, mas sintam-se agradecidas por meio destas brilhantes pessoas!

TERMO DE APROVAÇÃO

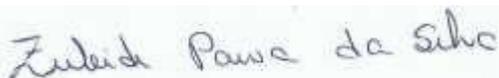
FÁBIO BASTOS

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA NA UNEB

Dissertação apresentada no dia 17 de maio de 2021 ao Mestrado Educação e Diversidade – MPED, Universidade do Estado da Bahia, Linha de pesquisa 2: Cultura Escolar, Docência e Diversidade, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação e Diversidade, composta pela seguinte banca examinadora



Prof. Dra. Rosane Meire Vieira de Jesus
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Orientadora



Prof. Dra. Zuleide Paiva da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Examinadora interna



Prof. Dra. Élica Luíza Paiva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Doutora em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Examinadora externa

RESUMO

Este TFCC se propõe a mapear as violências que acontecem na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), compreendendo a Universidade como um fenômeno social, político e antropológico. Para tanto, a pesquisa, numa abordagem quali-quantitativa, parte de uma análise documental de textos institucionais advindos da Ouvidoria da UNEB e o setor de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), permitindo emergir o contexto. O objetivo é mapear a cultura da violência na universidade, propondo ações interventivas, para o enfrentamento deste fenômeno. Assim se questiona: quais tipologias da violência aparecem na UNEB nos anos 2017, 2018 e 2019? Como melhor registrar tais ocorrências? De que forma pode-se inibir ou reduzir a cultura da violência na universidade? As estratégias de enfrentamento à violência partirão do nascimento de um Observatório da Violência na Universidade, que se encarregará de discutir e propor políticas públicas, a fim de propor um diálogo entre a universidade e os coletivos sociais organizados de combate à violência.

Palavras-chave: Universidade. Cultura da Violência. Observatório.

ABSTRACT

This TFCC proposes to map the violence that happens at the State University of Bahia (UNEB), understanding the University as a social, political and anthropological phenomenon. For this purpose, the research, in a quali-quantitative approach, starts from a documental analysis of institutional texts from the UNEB Ombudsman and the Disciplinary Administrative Process (PAD) sector, allowing the context to emerge. The objective is to map the culture of violence at the university, proposing interventional actions to face this phenomenon. So it is questioned: what types of violence appear at UNEB in the years 2017, 2018 and 2019? How to better record such occurrences? How can the culture of violence at the university be inhibited or reduced? The strategies to confront violence will start from the birth of an Observatory of Violence at the University, which will be in charge of discussing and proposing public policies, in order to propose a dialogue between the university and the organized social groups to combat violence.

Keywords: University, Culture of Violence. Observatory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Distribuição mapeada dos Campus da Uneb no Estado.....	33
FIGURA 2. Distribuição da Uneb por território de identidade.....	35
FIGURA 3. Campis da Uneb identificados com tipologias da violência nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	62

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Trabalhos selecionados dos repositórios da Scielo.....	23
TABELA 2. Trabalhos selecionados dos repositórios da IBICITI.....	24
TABELA 3. Quantitativo de alunos ativos da Uneb em 2017 e 2018.....	37
TABELA 4. Quantitativo de professores total da Uneb em 2017 e 2018.....	38
TABELA 5. Tipologias de violência na Uneb: categoria Discente x Docente.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disk 100 – Brasil.....	58
GRÁFICO 2. Número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disk 100 – Brasil.....	58
GRÁFICO 3. Número de denúncias de homicídio e tentativa de homicídio contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disk 100 – Brasil.....	59

LISTA DE SIGLAS

COVID 19 – Corona vírus Disease – 19 (ano de descoberta)

CP – Código Penal.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e outros grupos de variações de sexualidade e gênero.

MP – Ministério Público

MPED – Mestrado Profissional em Educação e Diversidade

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PROGESP – Programas de Estudos, Pesquisas, e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública

RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. ANDANÇAS TEMÁTICAS: CAMINHOS PARA A PESQUISA.....	14
2. OLHANDO PARA TRÁS.....	23
3. HORIZONTE METODOLÓGICO.....	32
4. ALGUNS APORTES TEÓRICOS.....	40
5. VIOLÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.....	48
6. PROPOSTA INTERVENTIVA.....	63
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE.....	77

1. ANDANÇAS TEMÁTICAS: CAMINHOS PARA A PESQUISA

Falo da universidade pública, com leveza e satisfação por ter vivido três graduações na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O primeiro ingresso nesta Instituição foi no curso de Pedagogia, no Campus XI, em Serrinha, que foi interrompido de forma consciente ao começar até mesmo o Trabalho Final de Conclusão de Curso. Seria ofertado, naquele mesmo ano, final de 2005, no processo seletivo, o Curso de Comunicação Social, a primeira turma no Campus XIV, em Conceição do Coité. A aprovação naquele vestibular significou um novo ciclo acadêmico, pois, no mesmo dia de matrícula no curso, foi necessário o desligamento, abandono do vínculo no curso de Pedagogia. Esta era, então, minha segunda graduação, que foi concluída e marcante por ser parte da primeira turma do curso de Bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Radialismo.

O Curso de Comunicação Social, com habilitação em Radialismo, foi implantado no ano de 2006, como resultado de um conjunto de políticas e iniciativas da UNEB que buscava responder à demanda cada vez mais crescente de profissionais qualificados, sobretudo, na área de Comunicação Social, no Território do Sisal. Nessa perspectiva, o Curso se organiza a partir dos anseios e expectativas da comunidade, com adequação à legislação pertinente, configurando-se à compreensão das diversas lógicas e dimensões humanas locais e territoriais, dentro das tendências propostas pelo mercado de trabalho como um dos aspectos do mundo do trabalho. A sua presença no Campus XIV tem ampliado a relevância do município como polo educacional, atraindo uma população de várias localidades do seu entorno, a exemplo de Serrinha (que possui uma concessão do IRDEB para a implantação de um polo de produção de conteúdo), Valente, Santa Luz, Queimadas, São Domingos, Retirolândia, Ichu, Candéal, Barrocas e Lamarão, do Território de Identidade do Sisal; bem como Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Pintadas e Capela do Alto Alegre, do Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Concomitante a trajetória como aluno desse curso de Comunicação Social, eu era docente da rede pública de educação em Biritinga. Como havia interrompido uma Licenciatura, mas via a necessidade de formação, no mesmo ano de conclusão em Comunicação Social, em 2010, participei de outro processo seletivo, no Campus XI, para o curso de Licenciatura em Geografia. Esta era a minha terceira passagem como discente de graduação na UNEB. Viver a universidade é estar nela e dela fazer parte, produzir experiências. Compactuo com o pensamento de Paul Valéry (1931), mencionado por António Nóvoa (2001) no Prefácio do Livro *Experiência de Vida e Formação* de Marie Christine Josso (2004):

Peço desculpas de me expor, assim, diante de vós: mas considero que é mais útil contar aquilo que vivemos do que estimular um conhecimento independente da pessoa e uma observação sem observador. Na verdade, não há nenhuma teoria que não seja um fragmento, cuidadosamente preparado, de uma qualquer autobiografia (VALÉRY, 1931, p. 8).

Apesar das múltiplas orientações recebidas, a forma como nos construímos como pesquisadores, como nos tornamos pesquisadores, segue, muitas vezes, a nossa maneira como vamos interpretando, ressignificando e questionando nossos próprios passos, porque o caminho se faz caminhando. Neste sentido, Nietzsche (2008) traz os avessos do que se espera de nós e o que se espera chegar a saber de nós:

Que alguém se torne o que é pressupõe que não suspeite sequer remotamente o que é. Desse ponto de vista possuem sentido e valor próprio até os desacertos da vida, os momentâneos desvios e vias secundárias, os adiantamentos, as 'modéstias', a seriedade desperdiçada em tarefas que ficam além d'a tarefa. Nisto se manifesta uma grande prudência, até mesmo a mais alta prudência: quando o nosce te ipsum [conhece-te a ti mesmo] seria a fórmula para a destruição, esquecer-se, mal entender-se, empequenecer, estreitar, mediocrizar-se tornar-se a própria sensatez (NIETZSCHE, 2008, p. 45-46).

Neste conhecer-me, a temática violência foi objeto de pesquisa em passagens pela universidade. Na Conclusão de Curso da Licenciatura em Geografia, tratei da violência no Município de Serrinha em dois registros: analisando

os dados oficiais disponibilizados pelo Estado, através da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, e por meio da Discografia de Edson Gomes, maior nome da música reggae no Brasil. Este interesse pela temática se deu durante a experiência de estágio numa escola do município, ao presenciar ações violentas físicas e simbólicas entres aqueles alunos, no período compreendido entre os anos 2013 e 2014.

Já nos anos 2015 e 2016, volto a pesquisar o tema, desta vez no âmbito escolar, numa especialização em Segurança Pública e Cidadania na Universidade Federal da Bahia – Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PROGESP), Curso de Especialização da Rede Nacional em Altos Estudos em Segurança Pública. O objetivo geral da pesquisa foi geografizar a violência escolar, localizando e analisando o fenômeno (violência), buscando relacionar os fatos ocorridos, à violência nas escolas com as condições dos locais e das pessoas que ali viviam, buscando compreender o mapa da violência na rede pública de ensino médio – tempo integral, no município de Serrinha, em 2015 e primeiro semestre de 2016

Ao entrar no Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, no Curso de Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), volto para a UNEB a fim de pesquisar a violência, agora na Universidade. Tive a sensação de nunca ter estudado o assunto. A cada teórico lido, a cada dificuldade de compreensão, a cada mudança de metodologia, parecia começar de novo e esse começar era uma nova dificuldade. Mas desistir nunca foi parte deste processo.

Para Engels (1976), o fenômeno violência é produto da história. A temática é uma reflexão antiga no Brasil, necessitando a problematização a todo o tempo. É fundamental pontuar a tarefa árdua e desafiadora deste processo, quando o objeto que se busca estudar traz em si uma complexidade etimológica, visto que o pesquisador que se debruça em estudar a violência acaba por se deparar com dificuldades metodológicas que se referem, principalmente, a conceituação e circunscrição deste fenômeno.

As instituições universitárias devem ser pensadas dentro das atuais implicações políticas, tecnológicas, econômicas e culturais, podendo estas relações permear diversas transformações sociais. Neste contexto, Almeida Filho (2012) diz que “o campus é um campo”, numa referência às universidades como campo de

estudo, em que a vida dos agentes que ali estão, sejam técnicos, docentes e, em sua maioria, estudantil devem se tornar objetos de estudo.

A universidade contemporânea deve ser concebida como instituição que ofereça igualdade em oportunidades a todas as pessoas que passam por ela. Significa reconhecer que, no espaço universitário, existem contextos múltiplos na forma de construção do conhecimento e nas relações interpessoais. Assim, é preciso conhecer os horizontes de mundo das pessoas que habitam esta tribo, os atores que compõem o cenário universitário. Este convívio diverso pode gerar e produzir conflitos:

Todos sabemos que a violência tornou-se o fenômeno da inquietação cotidiana. (...) violência contra a pessoa; violência no trabalho; violência no trânsito; violência da escola e da cultura; violência das discriminações; violência nos esportes; violência nos serviços de saúde; violência policial; violência contra o patrimônio. A listagem poderia prosseguir, obrigando-nos a constatar que a violência invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente. (COSTA, 1986, p.9)

Há vários tipos de violência, sendo importante adjetivá-la, ou seja, dar significados a qual violência é de fato abordada. Castro (2006) fala que é necessário relacionar a violência a uma situação concreta e determinada, para, então, adquirir sentido, valor. Assim, não se pode falar dela, seja em suas causas múltiplas ou enfrentamento, de forma genérica, igualando seus valores em ações completamente distintas. Na Universidade, não há como ter total conhecimento sobre a violência social perpetrada nela, mas é possível ter uma representação parcial deste conceito, o que significa compreender a pluralidade das representações e conhecimento deste fenômeno.

Explicar a violência não é simples, por ser um termo polifônico em sua origem etimológica. Zaluar (1999), salienta que *violentia*, do latim, remete a *vis*, ou seja, força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a força vital. Notamos, assim, não ser adequado compreender ou conceituar a violência através de fatos meramente pontuais. Nicola Abagnano (2007, p. 1002-1003) define violência, violence, violenza como:

(...) ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Neste sentido, Aristóteles distinguiu o movimento *segundo a natureza*, o movimento por V, o primeiro leva os elementos aos seu lugar natural; o segundo afasta-os”. 2. Ação contrária a ordem moral, jurídica ou política. Neste sentido, fala-se em “cometer” ou “sofrer” V. Algumas vezes, esse tipo de V. foi exaltado por políticos. Assim, Sorel fez a distinção entre a V. que se destina a criar uma sociedade nova e a força que é própria da sociedade e do estado burguês. “o socialismo deve a V. os altos valores morais com que oferece salvação ao mundo moderno”.

Na sociedade, bem como no lócus universitário, pessoas são marcadas por diversas formas de violência e também violação de seus direitos humanos. O sujeito se constitui na relação de si consigo mesmo e com o outro, em processos de socialização. Não se pretende falar da violência nesta pesquisa como um fenômeno a ser enfrentado genericamente, mas de violência na Universidade, quais as suas tipologias e olhares dos agentes que fazem este espaço - discentes, docentes e técnicos administrativos.

A universidade não está afastada da sociedade. As relações desenvolvidas dentro dela trazem influências externas, da sociedade como um todo. Os problemas e questões sociais adentram as universidades, afetando e podendo provocar a violência. Neste trabalho, a violência é discutida como fenômeno social, político e antropológico. Assim, esta pesquisa se mostra relevante do ponto de vista social, por ser a Universidade um espaço diferenciado de construção do saber, de modo que se possa ter um novo olhar na maneira de pensar e discutir o enfrentamento à violência. Ratificando este olhar, o autor diz que:

Reconhecemos ainda um contexto social na medida em que podemos citar que a universidade se encontra na sociedade, a universidade faz parte da sociedade, e universidade de alguma forma, reproduz ou participa do processo de reprodução social. (ALMEIDA FILHO, 2012, p.62)

Dessa forma, a universidade pode estreitar relações além de seus muros e portões quando se discute e pensa políticas públicas de temáticas importantes como a violência. Da mesma maneira que há uma enorme preocupação pela insegurança em diversos espaços de circulação e interação social, a universidade, ambiente de construção coletiva do conhecimento, vem sendo também um lugar onde técnicos administrativos, professores e alunos já não se sentem seguros. Assim, nos

questionamos quais as tipologias de violência foram registradas, dentro da Universidade do Estado da Bahia, nos anos de 2017, 2018 e 2019? Como o mapeamento dessas violências na UNEB pode contribuir na criação do Observatório da Violência na Uneb, para o enfrentamento das violências na universidade?

É relevante destacar que o percurso metodológico aqui trilhado é exclusivo, pois, como já abordado neste capítulo, traz as marcas desafiadoras vividas por mim, visto que não estava apontado para que outro pesquisador o fizesse. Neste sentido, Sampaio (2009, p. 143), afirma que “[...] não há objetos de pesquisa esperando por pessoas que se disponham a investiga-los”. Assim, objeto e metodologia da pesquisa se constroem no ir e vir entre o referencial teórico-metodológico e o *objeto de análise*” (SAMPAIO, 2009, p. 144), sob o olhar clínico do pesquisador.

Durante esse “ir e vir”, a pesquisa mostrou a necessidade de modificar o conhecimento que seria construído com o campo de estudo. Inicialmente o aspecto a ser pesquisado, era a cultura da violência no ambiente escolar, nas escolas de Ensino Fundamental II no município de Serrinha-Bahia. Pelo ineditismo, aceitei prontamente o desafio da minha orientadora, em pesquisar a violência na Universidade. Não foram poucos os desafios e mudanças de trajetória. O recorte temporal entre os anos 2017.2018 e 2019, foi alterado devido a não disponibilização de informações da própria universidade. Passo então, a pesquisar os anos 2018 e 2019. Além da mudança temporal, me obrigo a retirar da pesquisa a categoria Técnicos universitários, visto que o campus de estudo incluía além deles, os discentes e docentes universitários. Isso é tratado no texto como “silêncio das informações”

Logo, o objetivo geral desta pesquisa foi mapear a cultura da violência na universidade, propondo ações interventivas para o enfrentamento deste fenômeno social. Além disso, foram levantados dados e identificadas as tipologias da violência que aparecem na Uneb. Por meio do mapa da violência na UNEB, foi possibilitada a construção de Diretrizes para a criação do Observatório das Violências na Universidade.

Debruçado sobre uma pesquisa na Universidade, abordo este conceito a partir das discussões de Boaventura de Souza Santos Boaventura (1989). Ao falar

de “inovação da responsabilidade social da universidade perante os problemas do mundo contemporâneo”, o autor mostra que além da função importante de transformação social, os problemas do mundo contemporâneo também são desafiadores para a universidade. Esta pesquisa intitulada **Mapeamento da Violência na Uneb**, nasce na universidade, numa instituição multicampi com a peculiaridade de estar em bases geográficas diferentes, mas com produção intelectual em todas essas bases (FIALHO, 2005). Dadas as dimensões abrangidas por este formato de universidade, traço este olhar no espaço de discussões de Nadia Fialho (2005).

Tão amplo quanto a universidade, é falar da violência, pois ela permeia toda a historicidade humana, acomete pessoas de diferentes classes sociais, culturas, origens étnicas e níveis de escolaridades. A violência é o resultado de uma complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos estabelecidos sociais e comunitários. Assim, na pesquisa como base conceitual de estudo, (Engels,1976), (Arendt,1994 e 2009); Boudieu (1992); (Silva, 2004); (FBSP, 2014); (Zaluar,1999 e 2011); (Minayo, 2009); (Nicola Abagnano ,2007); (Costa, 1986) coloco em diálogo diversos autores como aporte teórico para a compreensão deste fenômeno polissêmico.

A violência como um problema social, apresentada por meio das tipologias identificadas na universidade, acontece no território baiano, construído a partir das territorialidades, sendo a Uneb, uma instituição presente em diversos espaços deste território. Este espaço vivido e construído, é compreendido a partir dos estudos de Haesbaert (2004):

“Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações -que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe)”. (HAESBAERT, 2004, p. 22).

A expressão “poder sem resistência, por mínima que seja, não existe”, Haesbaert (2004) nos leva nesta pesquisa, a buscar proposições de enfrentamento às violências, que parecem estar tão banalizada que nos perguntamos: será que, não estamos diante de uma cultura da violência? Ao pensar neste termo, busco

significado a partir da leitura de Costa (1986), que percebe a questão cultural da violência ao abordar o campo numa perspectiva do *habitus* incorporada às práticas de violentas.

A presente pesquisa, está estruturada em sete capítulos. No primeiro capítulo *andanças temáticas: caminhos para a pesquisa*, traço o percurso do meu engajamento com a temática, com vistas as dificuldades de mudanças de objeto do estudo, e metodologias de investigação. Este plano de tensões, acaba por compor também, a minha implicação com a pesquisa.

No capítulo seguinte, *olhando para trás*, faço uma análise interpretativa de obras, utilizando os descritores “universidade”, “violência” e “cultura da violência”, nos repositórios SCIELO e IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), com trabalhos de diversas instituições universitárias públicas e privadas, objetivando o fortalecimento da construção temática e teórica do trabalho.

No capítulo *horizonte metodológico*, são apresentados os caminhos percorridos para traçar o *mapeamento da violência na Uneb*. O campo de pesquisa também é apresentado. O olhar, não foi mostrar uma representação gráfica, topológica, mas um mapeamento tipológico social das violências identificadas na universidade multicampi – Uneb.

Sob o título *alguns aportes teóricos*, num diálogo entre alguns estudiosos de conceitos chaves nesta pesquisa, percebe-se que, para se debruçar sobre o título compacto – *Mapeamento da violência da Uneb*, foi necessário deslizar sobre diversos conceitos: universidade, violência, cultura da violência, território, territorialidade.

O capítulo *violência no contexto universitário: uma discussão necessária*, faz um panorama de criação da Uneb – Universidade do Estado da Bahia. Fialho(2005), menciona que o campus significa “o conjunto de edifícios e terrenos de uma universidade”. Como maior instituição multicampi do norte-nordeste, há uma ampliação conceitual, reforçando a configuração multicampi pela multidiversidade de ações. Neste campo de estudo, foram identificadas as tipologias da violência na Uneb, através de informações obtidas pela Ouvidoria da universidade. Numa abordagem paralela, são apresentados dados comparativos destas tipologias, com números no estado da Bahia, e também no país. O “silêncio das informações” na universidade, é abordado como desafio na pesquisa.

Partindo dos resultados expostos, apresento a *Proposta interventiva*, para a criação de um Observatório da Violência na Uneb, numa perspectiva multicampal, compreendendo que cabe à institucional universitária, a gestão de políticas públicas de enfrentamento às violências na Universidade. Dentre as diversas atribuições/ações deste Observatório, será observado de que maneira os marcadores sociais da diferença, como raça/cor, gênero, dentre outras categorias, poderão estar presentes nas diversas formas e casos de violência, na Universidade do Estado da Bahia.

Por fim, nas *Considerações finais*, pontuo a importância do pensar/agir coletivo, para a diminuição e enfrentamento às violências na universidade. A pretensão, não é uma proposta totalizante, mas construída e executada com o olhar das discussões feitas ao longo da pesquisa: uma universidade pensada com a sociedade e para a sociedade.

2. OLHANDO PARA TRÁS.

Buscando conhecer os trabalhos produzidos sobre a temática, fiz uma busca revisão sistemática sobre Violência e Universidade, com o objetivo de encontrar discussões que se aproximassem da minha pesquisa. A revisão sistemática foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, envolvendo produções de quaisquer períodos temporais, visto ser a violência um fenômeno histórico. Utilizando os descritores “universidade”, “violência” e “cultura da violência”, foram identificados 1.297 artigos, nos repositórios SCIELO e IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), com trabalhos de diversas instituições universitárias públicas e privadas.

Após filtrar, utilizando o critério de proximidade com o tema da minha pesquisa com a leitura dos resumos, os trabalhos que foram feitas análises textuais interpretativas, estão nas tabelas abaixo.

TABELA 1. Trabalhos selecionados dos repositórios da Scielo.

Autor da pesquisa	Título da pesquisa	Texto	Ano/Local
Maria Cristina Vianna Goulart Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Suely Aires Pontes	Considerações sobre a violência na Universidade	Artigo	2013/Bahia
Elvídio Marculino Cardoso	Função social da universidade	Artigo	1981/Paraná
Marilda da Silva	A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares?	Artigo	2013/São Paulo
Beatriz Akemi Takeiti,	Juventude(s), modos de subjetivação e violência	Artigo	2011/Rio de Janeiro
Elisangela Argenta Zanatta Maria da Graça Corso da Motta Leticia de Lima Trindade	Vivências de violência no processo de formação em enfermagem: repercussões na corporeidade dos jovens	Artigo	2018/Rio Grande do Sul

Carine Vendruscolo			
Marcela Brandão Cunha	Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva	Artigo	2014/Rio de Janeiro
Elza Machado Aparecida Machado Maria Aparecida Machado Sonia Maria de Oliveira Stela Maris Aguiar Lemos Adriana Braga Chaves Lauriza Maria Nunes Pinto	A violência rompendo interações. As interações superando a violência	Artigo	2007/Minas Gerais
Adriana Leonidas Oliveira Edna Maria Oliveira Querido Chamon Aline Gomes Cazarim Mauricio	Representação Social da violência: estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do Estado de São Paulo	Artigo	2010/Paraná

Fonte: Acervo da Pesquisador (2020)

TABELA 2. Trabalhos selecionados dos repositórios da IBICTI.

Autor da pesquisa	Título da pesquisa	Texto	Ano
Vilma Maria Zotareli,	Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista	Dissertação	2010/Paraná

Fonte: Acervo da Pesquisador (2020)

O primeiro artigo analisado, intitulado ***Representação social da violência: estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior de São Paulo***, de autoria de Adriana Leonidas Oliveira, Edna Maria Oliveira Chamon e Aline Gomes Cazarim Mauricio, teve como objetivo refletir sobre o que os estudantes

pensam a respeito da violência e quais representações são construídas ou transformadas, sendo um estudo de caráter exploratório, com entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. O estudo mostra a importância dos estudos das representações sociais como recurso metodológico de conhecer os fenômenos cotidianos. O espaço acadêmico é um lugar importante para reflexões sobre violência. O texto traz entrevistas com 20 (vinte) estudantes de diversas áreas do conhecimento, apontando duas classes de representação da violência: a perspectiva social e a perspectiva familiar.

Os discentes pesquisados que possuíam suas representações fundamentadas nos aspectos sociais perceberam o quanto o indivíduo pode ser afetado por esta dinâmica, compreendendo a violência como fruto do desamparo do Estado, do sistema capitalista que acaba por gerar desigualdades sociais. Quanto à perspectiva familiar, eles tiveram a percepção de manifestação da violência física e psicológica, remetendo a elementos como famílias desestruturadas, violência doméstica e falta de amor. Todos os estudantes incluíram o fator social como produtor da violência.

A segunda pesquisa abordada, é de Marilda da Silva, que traz como título ***A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares?*** mostra os tipos de violência cometidos por docentes que foram testemunhados e/ou vivenciados por futuros professores em seu percurso de escolarização. Os sujeitos da pesquisa foram 11 (onze) alunos, estudantes de Licenciatura em Pedagogia da UNESP – Campus de Araraquara. O grupo, em sua maioria, afirmou ter sido testemunha ou vítima de violência por parte de professores durante sua formação básica.

Os tipos de violência mais recorrentes foram de natureza simbólica conceito social elaborado por Pierre Bourdieu (1992), o qual aborda uma forma de **violência** exercida sem coação física, mas aquela que causa danos morais e psicológicos. Foram estudantes que frequentaram o sistema público e privado de ensino e que esta violência, sobretudo simbólica, ocorrera nos dois sistemas de ensino. Trata-se, portanto, de um fenômeno que atinge diferentes classes sociais. A abordagem neste estudo é a de que a violência é socialmente aprendida.

Como os sujeitos pesquisados, nesse artigo, seriam futuros professores, foi estabelecido a noção de “ciclo de abusos” e “produção da cultura da violência”,

tendo em conta o futuro exercício docente dos grupos. A triangulação conceitual foi engendrada por meio das ideias de Bernard Charlot (2002) sobre violência da escola e as ideias de Pierre Bourdieu (2011) sobre a operacionalização do poder e do poder simbólico, sendo uma pesquisa quali-quantitativa descritiva analítica, análise de conteúdos e entrevistas semiestruturadas.

Outro artigo analisado, escrito por Elvídio Marculino Cardoso, intitulado ***Função Social da Universidade***, trouxe a discussão de que não faz sentido uma universidade de massas, mas que a universidade deve servir à massa. Além disso, a objetividade desta Instituição para ser concretizada não deveria servir a todos indiscriminadamente, mas selecionar seus habitantes. O autor defendeu que o vestibular não deveria ser a última prova e que seria importante haver um processo vocacional para que os jovens se encontrassem consigo mesmos e com a sociedade. Fala da cultura como sendo uma realização em três níveis: sobrevivência econômica (*homo faber*), sobrevivência intelectual (*homo sapiens*) e sobrevivência espiritual (*homo spiritualis*). Assim, o homem lançaria as suas raízes culturais na educação primária e a colheita na Universidade, visto que deveria entrar na universidade pessoas desprendidas de seu egoísmo, enraizada profundamente no ideal de servir.

O estudo coloca a universidade como lugar de líderes da justiça, mas que a justiça só se realiza na paz. Menciona que a instituição deve ser o espaço onde todos devem dizer o que pensam, porém com a responsabilidade de pensar no que dizem. Conclui que a função da universidade é dar de volta à massa o que produzir dentro dos seus muros e retribuir com justiça os privilégios recebidos.

Diferente da reflexão que o autor anterior propõe, o texto ***Considerações sobre a violência na Universidade***, dos autores Maria Cristina Vianna Goulart, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Suely Aires Pontes, fala da violência presente na sociedade contemporânea e, inclusive, na Universidade, sendo necessário identificar os fatores que indiquem sua presença nas relações entre discentes, docentes e instituição, bem como encontrar formas de enfrentá-la na universidade pública.

É um artigo resultado de um Projeto de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade, na UFBA, que traz uma pesquisa qualitativa exploratória como procedimento, estudo de caso e

entrevistas semiestruturadas. A pesquisa tem como questão que a direciona, reconhecer a presença da violência nas relações discentes, docentes e instituição universitária, objetivando discutir e identificar as possíveis situações desencadeadoras de violência nestas relações.

O artigo aborda as contribuições teóricas pesquisadas através de revisão de literatura sobre o tema. Traz a abordagem da universidade como campo de estudo, como instituição que se encontra na sociedade e que, de alguma forma, participa do processo de reprodução social. Neste contexto, menciona o individualismo arrebatador que constitui o Outro, o abandono da solidariedade, da educação e o aumento do desemprego, gerando uma violência estrutural.

Para as autoras, a violência, portanto, é um produto da história. Além da violência estrutural, o texto aborda a violência simbólica. Conclui mencionando que a resposta violenta nas relações entre discentes, docentes e instituição faz parte deste mundo contemporâneo, visto que toda vez que o indivíduo se percebe impedido em seu imperativo de gozo, sem o reconhecimento da existência do Outro, age desta forma.

O quinto trabalho analisado considera que um dos problemas que insistem em desafiar as políticas de desenvolvimento social no Brasil é, por certo, a questão da juventude pobre, o enfrentamento de questões relativas ao trabalho, a escolarização e a violência, imprescindíveis para a ampliação da sua cidadania. O ensaio de Beatriz Akemi Takeiti, intitulado ***Juventude(s), modos de subjetivação e violência - um diálogo com aportes de Michel Foucault***, busca revelar a noção de sujeito a partir das ferramentas conceituais de Michel Foucault, procurando entender alguns vetores de subjetivação em jovens que vivenciam contextos de vulnerabilidade e de violência. O binômio juventude-violência é problematizado neste ensaio.

Um ponto importante é a observação frequente que focaliza a juventude a partir de atos infracionais, utilizando a vulnerabilidade e a exclusão como categorias autoexplicativas. Não basta evidenciar a violência na vida dos jovens pobres, mas sim problematizá-la. Outro aspecto é que os estudos consideram pouco a compreensão das experiências e os modos de vida que atravessam cotidianamente as juventudes.

A indagação no trabalho é refletir os efeitos e não as causas da violência, sendo importante identificar modos de subjetivação, como territorializam/reterritorializam estes jovens nos circuitos da exclusão e vulnerabilidade. Tal subjetivação, bastante utilizada pelas ciências humanas e sociais, indica a configuração psíquica do sujeito, a partir dos processos sociais.

Vivências de violência no processo de formação em enfermagem: repercussões na corporeidade dos jovens, de Elisangela Argeta, Maria das Graças Corso da Mota, Leticia de Lima Trindade e Carine Vendrúsculo, é um artigo extraído da Tese “Compreensões dos jovens universitários sobre a violência sob o olhar da corporeidade, da vulnerabilidade e do cuidado”, apresentado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O artigo visa conhecer as vivências de violência entre os jovens estudantes de enfermagem no decorrer de sua formação, bem como suas repercussões em sua corporeidade, tendo como método de pesquisa a exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, envolvendo vinte e um estudantes.

De Marcela Brandão Cunha, ***Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva***, o artigo verifica a relação entre percepções de violência dos alunos e clima escolar. O referencial teórico é baseado na articulação entre duas teorias de áreas completamente distintas, sendo elas - clima escolar e eficácia coletiva, e a outra no âmbito da sociologia urbana. Referente à metodologia, as análises foram de dados quantitativos, oriundos de um survey sobre juventude e violência no Rio de Janeiro.

Além das relações entre percepções da violência e clima escolar, foi verificada a relação entre clima escolar e existência de drogas e bebidas alcoólicas na instituição. A autora aborda a escola enquanto organização social, com variadas relações e conflitos. Haselswerdt e Lenhardt (2003) mencionam que a maioria dos alunos fica em silêncio diante de transgressões observadas na instituição.

Os resultados analisados neste artigo são oriundos de um projeto de pesquisa, reunindo pesquisadores de três universidades – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Cândido Mendes (UCAM). Constatou-se que a eficácia no contexto de ensino tem influência direta com o clima escolar.

O artigo ***Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista***, de Vilma Zotareli, Anibal Faúndes, Maria José Duarte Osis, Graciana Alves Duarte e Maria Helena de Souza, faz uma avaliação de gênero e sexualidade associada à de gênero e ética com o experienciar do sofrer entre os alunos de uma universidade pública. O estudo transversal buscou analisar as respostas de 2.430 alunos entrevistados em questionário online. Os resultados mostram que mais da metade das alunas sofreram algum tipo de violência, quase 10% sofreram violência sexual e cerca de 30% dos homens declararam a perpetração de algum tipo de violência, sendo a conclusão, a utilidade destas discussões, reconhecendo a importância da ampliação de mais pesquisas que possibilite intervenções.

Elza Machado de Melo, Maria Aparecida Machado de Melo, Sônia de Oliveira Pimenta, Stela Maris Aguiar Lemos, Adriana Braga Chaves e Laura Maria, pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Saúde e Violência da Universidade Federal de Minas Gerais, em seu artigo intitulado ***A violência rompendo interações. As interações superando a violência***, abordam a violência como um dos sérios problemas de saúde pública nos dias atuais. Isto porque as custas da violência são altíssimas, além de apresentar consequências diversas, como de ordem emocional.

A pesquisa qualitativa foi realizada junto a adolescentes em uma das localidades mais violentas de Belo Horizonte, que objetivou a compreensão e percepção destes jovens sobre a violência. Os participantes da pesquisa destacaram que, num mundo organizado do crime, conflitos simples são resolvidos pela violência. A inevitabilidade é um fator marcante na concepção dos jovens, pois veem como inevitável algum tipo de violência.

O Projeto Frutos do Morro/Programa Meninos do Rio - do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais - que se desenvolve em Escolas Públicas do Aglomerado Urbano Morro das Pedras, Belo Horizonte/MG, atua no sentido de mostrar que as interações podem superar a violência, onde foram realizadas várias oficinas semanais na escola. Em resumo, os adolescentes não souberam mostrar 'saídas' para a não violência, mas foi explícito o desejo de não vê-la entre eles.

Diante dessa revisão de literatura, compreendemos que não podemos pensar na violência na universidade sem a conectar com a sociedade em que vivemos.

Concordo com o pensamento da filósofa brasileira Marilena Chauí (2003, p. 6) quando afirma que a universidade não pode estar dissociada da sociedade, ou seja, “a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa”.

Existe uma violência estrutural na sociedade que se expõe pela ausência de infraestrutura e planejamento urbano dos bairros periféricos onde o Estado se faz presente nas ações policiais; dificuldade de mobilidade social com a grande desigualdade de oportunidades, etc. Essa violência estrutural cria uma cultura da violência, conceito que sustenta esta pesquisa (FREIRE COSTA, 1993).

A violência na universidade aparece na mídia como se as pessoas fossem “simplesmente” violentas. Não discutimos como radicalidade a estrutura social se torna participante e sujeito dessa violência estrutural. Como entender a presença da violência nos contextos educacionais? De que forma e modos ela se faz presente nas relações entre docentes e discentes?

Outra proposição a partir da revisão sistemática é a de que a violência simbólica, enquanto imposição de um poder (BOURDIEU, 1992), reproduz a cultura vigente e dominante, com suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder e é legitimada pela sociedade. Como a autoridade construída institucionalmente possibilita a violência simbólica?

As obras desta revisão sistemática, a partir dos descritores “universidade”, “violência” e “cultura da violência”, foram extremamente importantes na construção das discussões de todo o texto. Com o debruçar do título *Mapeamento da Violência na Uneb*, foi necessário ir além destes conceitos, como Território, Territorialidades, e Multicampia, dialogando com autores referências nas produções dos próprios conceitos dos descritores.

Assim, pontuo a relevância desta revisão sistemática, mas passo a discutir os conceitos necessários nesta pesquisa a partir de Nadia Fialho (2005) sobre universidade multicampi, e de Boaventura de Souza Santos (1989) sobre universidade. Ao tratar sobre o termo polissêmico violência, uso como aporte teórico, (Engels,1976), (Arendt,1994 e 2009); (Bourdieu;1992); (Silva, 2004); (FBSP, 2014); (Zaluar,1999 e 2011); (Minayo, 2009); (Nicola Abagnano ,2007) e (Costa, 1986), na

abordagem de cultura da violência. Os conceitos de território e territorialidade são discutidos a partir de Haesbaert (2004).

3. HORIZONTE METODOLÓGICO.

O campo investigativo desta pesquisa ocorreu na UNEB, o que tornou um trabalho cuidadoso, dado a grandiosidade desta universidade. Maior instituição pública de Ensino Superior da Bahia, a Universidade do Estado da Bahia é mantida pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação. Fundada em 1983, está presente em todas as regiões do Estado, através do sistema estrutural multicampi. Em 1997, foi instituída organicamente a estrutura com base em departamentos. A UNEB se caracteriza, assim, como multicampi, agregada em 30 departamentos, sediados em 24 municípios de médio e grande porte, com influência significativa em suas regiões.

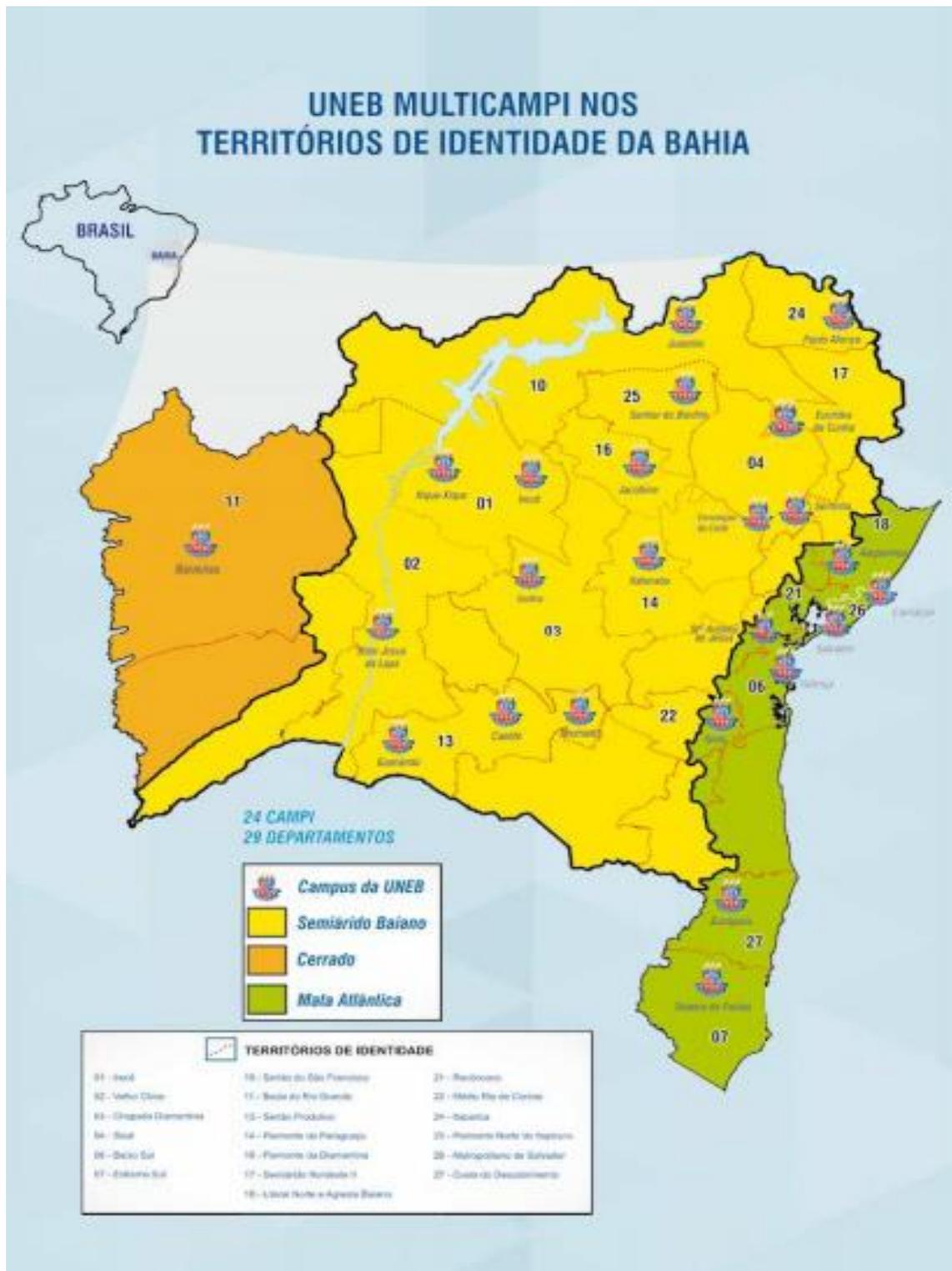
Neste contexto, a UNEB amplia o acesso ao ensino superior no interior do Estado. Presente em grande parte do território baiano, a Universidade marca espaço em áreas geoeconômicas de influência, de maneira a beneficiar um maior universo da população, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A recomposição dessa trajetória permite extrair alguns significados com relação à noção da universidade *multicampi* a ser assumida pela UNEB: a concepção originária da UNEB, como uma universidade *multicampi*, respaldada pela consolidação de experiências semelhantes no Brasil e pelas referências internacionais, ressaltava o caráter de uma organização regionalizada, com *campi* autônomos, capazes de se desenvolverem progressivamente segundo etapas, até se constituírem como universidades, de modo articulado, promovendo uma economia de meios e viabilizando a interiorização da educação superior (FIALHO, 2005, p. 97).

Ao considerar esta estrutura de multicampia, a Universidade se torna presente geograficamente em 19 dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, conforme imagem abaixo. A Secretaria de Planejamento do Estado (2021) define Território de Identidade como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2021).

FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO MAPEADA DOS CAMPUS DA UNEB NO ESTADO.



Fonte: SEAVI/UNEB, 2019.

Essa forma de organização é um grande desafio para a instituição, uma vez que precisa conviver com as particularidades que são próprias de cada território onde se insere. Esse é um fator importante para se pensar a cultura da violência na UNEB, pois se relaciona diretamente com a territorialidade. Como estudante da UNEB, em cursos de graduação e de pós-graduação, percebo que a multicampia corrobora com um sentimento de pertencimento ao local. Não somos, simplesmente, UNEB, mas UNEB do Campus de Conceição do Coité ou de Serrinha, ou seja, marcamos nossa identidade universitária se relacionando com o território, mesmo que não sejamos originalmente do lugar.

A discussão de território e territorialidade se torna importante aqui. Em sua definição, o território conta com atores que interferem na sua organização e também na sociedade. Esses atores que compõem o território se relacionam de tal modo com o espaço que começam a desenvolver uma identidade partilhada. Assim, Santos et al. (2012, p. 28) acreditam que “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”. A partir disso, podemos inferir que a UNEB possibilita instrumentos capazes de construir uma territorialidade, forma de atuar nos territórios em que estão localizados seus *campi*. Esse conceito pode ser definido como as “relações sociais (existenciais e de produção) que se estabelecem no interior dos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 63).

A UNEB busca, assim, estimular o desenvolvimento local sustentável nas comunidades e atender as demandas sociais em cada Território de Identidade em que ela atua. Tais ações são permeadas pela consciência à essa diversidade dos agrupamentos e comunidades. E tais diversidades são refletidas nas formas de violência que podem vir a aparecer em cada campus especificamente.

FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO DA UNEB POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE.

DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI DA UNEB POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE, BAHIA, 2017.

Território de identidade	Município agregado	Campus	Departamentos
Bacia do Rio Grande	Barreiras	IX	DCH
Baixo Sul	Valença	XV	DEDC
Chapada Diamantina	Seabra	XXIII	DCHT
Costa do Descobrimento	Eunápolis	XVIII	DCHT
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	X	DEDC
Irecê	Irecê	XVI	DCHT
	Xique-Xique	XXIV	DCHT
Itaparica	Paulo Afonso	VIII	DEDC
Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas	II	DEDC, DCET
Médio Rio de Contas	Ipiaú	XXI	DCHT
Metropolitano de Salvador	Camaçari	XIX	DCHT
	Salvador	I	DCH, DCET, DEDC, DCV
Piemonte da Diamantina	Jacobina	IV	DCH
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba	XIII	DEDC
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	VII	DEDC
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	V	DCH
Semiárido Nordeste II	Euclides da Cunha	XXII	DCHT
Sertão do São Francisco	Juazeiro	III	DTCS, DCH
Sertão Produtivo	Brumado	XX	DCHT
	Caetité	VI	DCH
	Guanambi	XII	DEDC
Sisal	Conceição do Coité	XIV	DEDC
	Serrinha	XI	DEDC
Velho Chico	Bom Jesus da Lapa	XVII	DCHT

Fonte: PROPLAN, 2017

FONTE: PROPLAN, 2017.

Os critérios metodológicos utilizados nesta pesquisa foram escolhidos a fim de possibilitar um mapeamento das violências na UNEB. O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio de uma abordagem qualitativa, que permitiu emergir neste contexto, observando e coletando dados para buscar compreender o dado problema social (a violência). Oliveira (2002, p.117) acredita que:

As pesquisas que se utiliza da abordagem qualitativa possui a facilidade de poder descrever a complexidade do [...] problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de

profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Recorri, assim, a fontes documentais disponíveis e, a partir de então, levantei informações a fim de identificar as tipologias da violência, fazendo um mapeamento e pensando estratégias de enfrentamento a este fenômeno. Neste sentido, foram consultados a Ouvidoria da UNEB e o setor de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), localizado na capital da Bahia Salvador, responsável por receber informações de toda a comunidade acadêmica, com o intuito de tomar conhecimento das ocorrências que chegam a estes setores em relação aos variados tipos de violência. Diversas dificuldades foram encontradas nesta árdua tarefa de capturar informações.

Identificados os diversos tipos de violência, a partir das informações possíveis cedidas, busquei, por meio de fontes documentais, mapear toda a Universidade do Estado da Bahia. Portanto, foram identificados e discutidos este fenômeno social, bem como a cultura da violência nos espaços de vivência dos agentes educacionais da UNEB, nos anos de 2017, 2108 e 2019.

O trabalho foi pretendido e até desenvolvido, pensando na integralidade do corpo acadêmico – professores, alunos e técnicos administrativos da universidade. As primeiras dificuldades foram dando um novo desenho à pesquisa. As informações oficiais fornecidas pela própria UNEB foram desprovidas do quantitativo de técnicos da Instituição. Como mapear a violência na UNEB, se parte das pessoas que a compõem não estão quantificadas ou não disponibilizadas informações numéricas? Apenas foram disponibilizados quantitativo de estudantes e professores, como seguem as tabelas abaixo. Importante ressaltar, conforme acessado em <https://portal.uneb.br/seavi/anuario-uneb-em-dados/> em 23 de abril de 2021, que o quantitativo de alunos e professores referentes a 2019 não foram ainda disponibilizados no Anuário UNEB em Dados, que:

“Se constitui como um instrumento cuja finalidade visa apoiar os processos de planejamento e avaliação, a partir da sistematização, produção e disponibilização de dados e informações. Deste modo, o Anuário fornece maior confiabilidade às informações, bem como em amplia o conjunto de dados que podem subsidiar as ações voltadas para o ensino, a pesquisa, a extensão, as ações afirmativas e a inclusão social”. (Uneb, 2021).

TABELA 3. QUANTITATIVO DE ALUNOS ATIVOS DA UNEB, 2017 E 2018.

Alunos Ativos Campi	Ano	
	2017	2018
Campus I – Salvador	6471	6736
Campus II – Alagoinhas	1449	1504
Campus III – Juazeiro	1465	1466
Campus IV – Jacobina	1168	1153
Campus V - Santo Antonio de Jesus	1060	1070
Campus VI – Caetite	1027	1050
Campus VII - Senhor do Bonfim	1032	1033
Campus VIII - Paulo Afonso	1046	1102
Campus IX – Barreiras	1438	1401
Campus X - Teixeira de Freitas	965	1001
Campus XI – Serrinha	853	765
Campus XII - Guanambi	1025	1044
Campus XIII – Itaberaba	948	890
Campus XIV - Conceição do Coité	652	654
Campus XV – Valença	617	563
Campus XVI – Irece	523	461
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	654	695
Campus XVIII - Eunapolis	585	572
Campus XIX - Camaçari	1061	1099
Campus XX - Brumado	593	575
Campus XXI – Ipiau	290	304
Campus XXII - Euclides da Cunha	343	373
Campus XXIII - Seabra	357	345
Campus XXIV - Xique- Xique	516	468
Total Geral	26138	26324

Fonte: Ouvidoria, Uneb, 2020.

TABELA 4. QUANTITATIVO PROFESSORES TOTAL DA UNEB, 2017 E 2018.

Professores*	Ano
--------------	-----

Campi	2017	2018
Campus I – Salvador	751	780
Campus II - Alagoinhas	189	185
Campus III – Juazeiro	156	164
Campus IV – Jacobina	116	117
Campus V - Santo Antonio de Jesus	127	136
Campus VI – Caetite	109	109
Campus VII - Senhor do Bonfim	114	108
Campus VIII - Paulo Afonso	92	100
Campus IX - Barreiras	116	125
Campus X - Teixeira de Freitas	84	92
Campus XI – Serrinha	64	66
Campus XII - Guanambi	94	119
Campus XIII - Itaberaba	87	85
Campus XIV - Conceição do Coité	78	80
Campus XV – Valença	49	42
Campus XVI – Irece	53	52
Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	52	68
Campus XVIII - Eunapolis	54	65
Campus XIX - Camaçari	96	81
Campus XX - Brumado	103	122
Campus XXI – Ipiau	32	33
Campus XXII - Euclides da Cunha	49	53
Campus XXIII – Seabra	52	50
Campus XXIV - Xique-Xique	81	74
Total Geral	2798	2906

Fonte: Ouvidoria, Uneb, 2020.

Além disso, apresentou-se um gigantesco desafio num momento complicado em escala mundial - a pandemia da COVID 19. Dentre tantos problemas que o vírus ocasionou, o congelamento de diversos setores, incluindo as instituições educacionais, fizeram com que o campo da pesquisa fosse comprometido a priori. Foram diversas tentativas via endereço eletrônico (e-mail) para Ouvidoria e PAD, solicitando reiteradas vezes a importância das informações e elas não chegavam.

No início do período pandêmico, estive de forma presencial nos setores mencionados para solicitar mais uma vez as informações. Foram meses sem

resposta e, quando chegaram, redesenhou novamente a pesquisa. Então, o prosseguimento da pesquisa passou a mostrar e questionar quais as tipologias de violência apareceria na UNEB, envolvendo agora discentes e docentes, neste campo de pesquisa, apresentando assim, o caminho percorrido para o mapeamento da violência na UNEB.

A pesquisa documental é caracterizada pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45). Neste olhar, o uso de documentos numa pesquisa traz informações, visto que podem ser utilizadas em diversas áreas de ciências humanas e sociais. Os documentos podem complementar a pesquisa, subvencionando dados capturados em outras fontes, ratificando a confiabilidade dos dados. (THEOPHILO 2009).

A característica de uma pesquisa documental é que a fonte de coleta de determinados dados está estritamente ligada a documentos, sejam eles escritos ou não, o que se constitui a denominada fontes primárias. Neste caso, estas podem ser realizadas no momento do acontecimento do fato ou fenômeno, ou mesmo depois.

Para Silverman (2009), os documentos são fontes de dados brutos e impressões deixadas num objeto físico. Estas podem se apresentar sob a forma de fotografia, de filmes, de endereços eletrônicos, imprensa, entre outras formas possíveis. Nesta pesquisa, foram utilizados como documentos os arquivos eletrônicos da Ouvidoria da UNEB, tanto os arquivos localizados pela internet quanto os arquivos disponibilizados pelo departamento.

Esta pesquisa buscou identificar e analisar as tipologias da violência no contexto universitário, na Universidade do Estado da Bahia, no recorte temporal de 2017, 2018 e 2019. Foram levantados dados que apareceram em suas diversas formas e tipologias como agressão física, assédio moral, assédio sexual, homofobia e discriminação racial.

O contexto educativo tem sido um dos lugares mais afetados pela violência, conforme pontua Hirigoyen (2006). Além do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), utilizo como aporte teórico para discutir estas tipologias, Freud (1905/1989), Darwin (1998), Ferreira (1999), Leymann (1996), Barreto (2000), Souza (2017), Lionço e Diniz (2009), Mott (2006) e Foucault (1988).

4. ALGUNS APORTES TEÓRICOS.

Diante do temor que toda a sociedade, em escala mundial, vive atualmente, a violência vem tendo uma crescente em sua abordagem nos múltiplos segmentos, igualmente no contexto universitário. Segundo Odália (2012), “pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem”.

A violência não é um fenômeno novo, é multifacetado e sempre existiu em todos os tempos, sendo relacionada a aspectos do local de vivência, bem como do comportamento do próprio indivíduo. Apesar de atravessar, com mais frequência, a vida das minorias historicamente oprimidas, permeia toda a historicidade humana, acomete pessoas de diferentes classes sociais, culturas, origens étnicas e níveis de escolaridades.

A violência é o resultado de uma complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos estabelecidos sociais e comunitários. Ao tratar este conceito polissêmico, é preciso se atentar às consequências de uma direção naturalista do debate sobre a violência, pois “do ponto de vista social, há uma cultura da violência que tem como correlato, do ponto de vista do sujeito” (Costa, 1986).

Este fenômeno social (violência), deve ser examinado como um produto decorrente da própria estrutura da nossa sociedade contemporânea, em que todos nós podemos ser responsáveis por ela, na medida em que fazemos parte deste contexto. Assim, percebemos que a violência não é algo externo a nossa cultura, mas inserida nela, pois não há como considerá-la isoladamente enquanto produção social, afora o modo como se articulam as relações sociais.

As formas perceptíveis e largamente divulgadas da violência são a face pública de uma forma de violência, em que a face privada, microssocial se torna este tecido de relações consuetudinárias em todos os níveis e situações consideradas como “normais”. Portanto, trata-se de uma violência visível, transparente, “violência exposta” (desta forma, publicitária). Será que, não estamos diante de uma cultura da violência?

Assim, como base conceitual de estudo, diversos autores formam o aporte teórico para a compreensão deste fenômeno polissêmico. Se fora da universidade já

existe certo medo; dentro, o medo é presente também, o que nos faz refletir e questionar se esta cultura da violência pode estar relacionada com a vida que a comunidade acadêmica leva além dos muros dela, ou seja, se é um reflexo, um não saber lidar com as diferenças na sociedade.

A violência na vida social não é um fato que possa ser explicado e compreendido pela ação isolada dos indivíduos, seus temperamentos, irascibilidade ou ainda pelo uso de substâncias estimuladoras, como o álcool ou as drogas. A violência torna-se uma linguagem cujo uso é validado pela sociedade, quando esta se omite na adoção de normas e políticas sabidamente capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tencionam a vida cotidiana, aprofundam as desigualdades e promovem injustiças visíveis. (WAISELFISZ, 2015, p. 9)

Pela robustez da precariedade da cidadania, dos direitos sociais, das fragilidades que os movimentos sociais encontram muitas vezes na defesa do cidadão e, precipuamente, de um dominante senso comum de que não decorrerá punição, indivíduos acabam agindo imperturbavelmente na direção de interesses próprios, à revelia de normas constituídas e direitos. Agem assim, como num estado de naturalidade, como se as leis fossem apenas uma figura abstrata. Este agir, ratifica e perpetua uma cultura de violência.

Mesmo sendo atribuída à universidade a função de minimizar os abismos sociais, lidar com alunos, funcionários e até mesmo professores considerados violentos não é uma tarefa fácil, considerando que o enfrentamento às violências não está simplesmente em montar uma superestrutura com seguranças, monitoramentos por vídeo, grades, outros aparatos e sim, realizar um trabalho social e participativo.

Pensar ações de enfrentamento, é mais um desafio que a universidade se depara. Assim, Boaventura (1989) fala de “inovação da responsabilidade social da universidade perante os problemas do mundo contemporâneo”. A violência, é sem dúvidas um enorme problema do mundo atual. É neste caminho que esta pesquisa trilha, numa abordagem de universidade inovadora, com responsabilidade e transformação social.

A cultura da violência tem se manifestado de muitas maneiras, inclusive no ambiente universitário, desde brigas físicas, humilhações, conflitos verbais,

comentários maldosos, intimidações, intrigas, calúnias e difamações, sendo atravessadas por questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, especificidades físicas e mentais. O conflito é histórico. Os conflitos podem se transformar em violência a partir do momento em que uma das partes impõe a sua vontade ao outro, individual ou mesmo no coletivo, agressivamente e/ou autoritariamente.

Estas ações e comportamentos, certamente, trazem prejuízos consideráveis ao processo de ensino aprendizagem, bem como às relações interpessoais desenvolvidas no ambiente universitário, o que se torna necessário envolver todos os que fazem educação em um debate acerca do tema para discutir não só os desafios e combate, mas também atividades de prevenção. Como fenômeno multicausal, os problemas da violência podem parecer obscuros e atribuir motivações positivas pode ser um erro. Arendt (1994) pontua que:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a "violência" nem sequer merece menção. Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram sempre fortuitos, nem sérios nem precisos (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDR, 1994, p. 16).

A universidade, por ser um ambiente onde a diversidade é bastante acentuada, onde há diferenças de classes, de grupos sociais e de estilos de vida. A universidade tem se confrontado com uma situação bastante complexa – as exigências feitas a ela cada vez maiores por parte da sociedade. A universidade deve defrontar estes desafios que são á ela imposta.

“A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento. É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas”. (Boaventura, 1989, p. 52).

Como pontuado a pouco, essa diversidade - diferenças de classes, de grupos sociais, de estilos de vida, dentre outros, pode dar origem a comportamentos diferentes e encaminhamentos para certa intolerância que conduzem à violência. Por muitas vezes, não entender que a universidade possa ser um lugar de pertencimento, a violência se instala pela falta de respeito a padrões de alteridade, quando alguns se consideram superiores aos outros.

Como um agir “vândalo” praticam uma destruição insensível e também inconsequente do bem público, de urbanidade, dos símbolos de cidadania, indo muito além, até mesmo as formas elementares de interação social. Além disso, transformam estas diferenças em sistemáticos atritos e pura violência.

Para Arendt (2009, p. 62), é, por meio de palavras e ações, que as experiências humanas ganham sentido. Ao refletir sobre as causas da violência, a autora diz que “a diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional, é sempre um fator que pode levar a violência”. A violência tem se instalado onde o poder se encolhe. O excesso da burocratização, a banalização de hierarquias adequadas à liderança e o entendimento equivocado da descentralização de ações diminuem o êxito de políticas educacionais, podem esvaziar o poder necessário ao cumprimento de metas no campo da educação, gerando conflitos, que podem gerar violência.

Neste contexto, Boudieu (1992) trata da violência simbólica, que nem sempre é percebida como violência, visto que, muitas vezes, são vistas simplesmente como interdição a partir de um respeito que “naturalmente se exerce de um para o outro”, como algumas atitudes professorais – atitudes consideradas legítimas – de estratégias punitivas: reprovações, sistema de notas, exclusões e castigos.

Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, os seres humanos possuem quatro tipos de capitais - o capital econômico, o capital social, o cultural, e o capital simbólico, que está relacionado ao prestígio, à honra, ao reconhecimento. É neste último capital que determinadas diferenças ligadas ao poder podem ser definidas socialmente. Através deste capital simbólico, é que indivíduos, ou mesmo instituições podem tentar persuadir outros indivíduos com suas ideias.

Esta violência simbólica se dá exatamente pela falta de paridade desse capital entre pessoas e/ou instituições. O conceito foi definido por Bourdieu (1992), como aquela violência que pode ser cometida até mesmo com a cumplicidade entre

quem sofre e o ativo (quem pratica), podendo os envolvidos não terem consciência do que estão exercendo ou sendo vítima. Uma violência “sutil”, que pode passar muitas vezes despercebida. Muitos sofrem ou praticam violência simbólica, entendendo determinadas atitudes como normais. Uma banalização (cultura da violência), exercida de forma simbólica. Tais práticas e desafios acontecem inclusive no contexto universitário. Numa contribuição analítica, Bernard Charlot (2002) faz a distinção entre a violência na escola, violência à escola e violência da escola.

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividade da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Violência da escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas). (CHARLOT, 2002, p. 434).

Na universidade como escola de ensino superior, pode acontecer estes três tipos de manifestação de violência. Aquela constituída fora da universidade e a universidade funciona apenas como local de sua objetivação - violência na universidade; violência à universidade que se configura às ações de caráter violento cometidas pelos discentes contra os demais profissionais e contra a própria instituição e, a violência da universidade relacionadas aos mais diversos mecanismos institucionais e cometida por professores contra os alunos. Esta classificação nos ajuda a entender o fenômeno, ao passo em que considera várias manifestações. Mas considero insuficiente, por não tratar nestas manifestações violências, as relacionadas à problemas internos - como relação interpessoal.

Numa abordagem fenomenológica da sociedade contemporânea, chego a outra discussão de mais um conceito nesta temática, que é a definição que Maffesoli (1987) faz do conceito de socialidade e sociabilidade. A socialidade está relacionada aos agrupamentos urbanos, ao novo tribalismo, a um conjunto de práticas cotidianas, ao presenteísmo, pautado no afeto social, ao pertencimento. Para Maffesoli (1987), é a socialidade que “faz sociedade”, desde as sociedades

primitivas, com momentos efervescentes, até mesmo as sociedades tecnologicamente avançadas. Essa socialidade enfatiza, contrariamente ao termo sociabilidade, a ideia de pertencimento, coletividade e solidariedade. Nesse sentido, a sociabilidade prepondera o anonimato e o individualismo modernos e o afeto social dá lugar a falta de referências identitárias.

Importante sublinhar que este pertencimento, este conjunto de práticas cotidianas, essa socialidade, é importante para construir territorialidades e territórios, onde estão inseridas as universidades. Espaço vivido, construído socialmente. Marco a discussão de território e territorialidades, a partir de Haesbaert no sentido mais ontológico. Rogério Haesbaert (1995, 1997, 2002, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010) é considerado o principal nome brasileiro nas discussões referentes aos conceitos de território/territorialidade, seja pelo extenso volume de suas obras, como também pelas discussões aprofundadas. Para ele:

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico- - cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controlado dos recursos aí presentes”(HAESBAERT, 1997, p. 42).

O uso social do termo território, adquiriu enorme amplitude, a exemplo do acionamento por parte dos movimentos sociais ao potencializar suas reivindicações políticas e de adoção das políticas governamentais como categoria de suas práticas. Foram nestas lutas e reivindicações, nestas relações de poder, que várias universidades foram implantadas nestes territórios.

A concepção de território vai além de uma fração do espaço controlado/dominado/apropriado, seja ele material ou simbolicamente, por um indivíduo ou por um grupo/organização social, em que estas mediações são marcadas por relações de poder. Há uma intensa dimensão simbólica cultural, identitária. Território construído pelas territorialidades.

“A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado -como no conhecido

exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente". (HAESBAERT, 2007, p. 25).

A territorialidade ao mesmo instante em que expressa as lutas pela manutenção das identidades, traz uma representatividade de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra forma, de modo a dar unidade aos contrários que, por sua vez, dão movimento ao processo de construção das identidades territoriais. Esta identidade territorial, que marca a maior universidade ampliada do norte-nordeste, a Uneb. Tão grande quanto o seu território, são suas lutas, suas produções por meio de seu ensino, extensão e pesquisa como esta, mapeando as violências na instituição para propor políticas de enfrentamento.

Por ser histórica e por ter a cara da sociedade que a produz, a violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Suas formas mais cruéis que ocorrem nos níveis coletivos, individuais e privados – precisam ser analisados junto com as modalidades mais sutis, escondidas e simbólicas, de forma muito profunda e aberta, para que todos possam colaborar. Afinal, todos são atores e vítimas. (MINAYO, 2009, p. 25).

A relevância do debate sobre a temática para as diversas faces tipológicas da violência, é fundamental para o seu embate, enfrentamento entre a universidade e a sociedade. Assim, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde (GENEBRA, 2002), a violência pode ser definida como o uso intencional de força física ou do poder contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade. A violência portanto, não deve ser definida apenas como crimes comuns, ou mesmo o fato de ferir as normas legais, mas também o rompimento da oferta de serviços e do mínimo necessário à rotina das pessoas, o que pode ocasionar em situações de violência em determinados espaços sociais, como a própria universidade. Por isso, reafirmo a relevância do estudo deste fenômeno, em diversas ciências, pois o que anteriormente era apenas objeto de estudo de ramos do Direito, Sociologia e Serviço Social, tem sido abordado em áreas de saúde pública e áreas afins.

Violência urbana é, portanto, uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas o foco de atenção não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustada, que é interpretada como responsável pelo rompimento da "normalidade"

das rotinas cotidianas, ou seja, do caráter não-problemático dessas rotinas em todos os aspectos: cognitivo, instrumental e moral. Essa é a razão pela qual violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral. (SILVA, 2004, p.34).

Adendo à esta abordagem, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma instituição sem fins lucrativos, criado em março de 2006, que tem como principal missão atuar como um espaço permanente, regular, de debate e cooperação, além de articulação de técnicas para a segurança pública no país, tendo como produções, um anuário com análises sobre os números da violência no país, uma revista com textos acadêmicos sobre o tema, um Programa de Bolsas voltado para a formação profissionais e um encontro anual para o intercâmbio de pessoas envolvidas na abordagem deste fenômeno social. O FBSP conceitua a violência como uma crescente, que impede o desenvolvimento do espaço urbano e social, quando diz que “não vivemos mais apenas uma epidemia de violência, mas nos acostumamos com um quadro perverso e que impede que o país se desenvolva e reduza suas desigualdades” (FBSP, 2014, p. 8).

Assim, a violência tem se apresentado nos diversos espaços sociais, sendo a universidade também um ambiente, onde este fenômeno aparece em suas diversas faces. O ambiente educacional desenvolve diversas relações e interações entre os agentes que utilizam este *lócus*, fazendo com que haja maior probabilidade de conflitos e enfrentamentos.

Na escola, hoje, a violência apresenta a dupla dimensão [...]: (1) a violência física perpetrada por traficantes ou bandidos nos bairros onde se encontram, assim como por alguns dos agentes do poder público encarregados da manutenção da ordem e da segurança, e (2) a violência que se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro. (ZALUAR, 2011, p.148).

Ao debruçar na abordagem sobre a violência, não podemos pensar somente em agressões físicas, que deixam marcas, muitas delas difíceis de cicatrizar. A violência psicológica, moral e emocional também podem deixar marcas invisíveis por fora, mas inesquecíveis para quem se torna vítima. É um fenômeno complexo, mas que tem extrema importância de estar em pauta de estudos e pesquisas no contexto construtivo educacional.

5. VIOLÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.

A universidade multicampi, nosso campo de pesquisa – a Uneb, pode ser definida como uma matriz de uma instituição universitária composta por muitos campi, o que propicia uma desconcentração administrativa e também a dispersão físico-geográfica, o que reflete nas dimensões acadêmicas, espaciais e organizacionais, em que vários campi são localizados em um só município ou em diferentes municípios. (FIALHO, 2005).

Esta forma multicampi, foi autorizada por meio do Decreto Federal nº 92.937, de 17 de julho de 1986, dispõe em seu artigo 1º:

Fica autorizado o funcionamento da Universidade do Estado da Bahia, mantida pela Autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema multicampi de funcionamento, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura da Bahia como instituição educacional de 3º grau, com sede e foro na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A configuração multicampi da universidade, abrange dimensões territoriais, funcionais e espaço-temporais, o que remete a efeitos diretos no desenvolvimento dos projetos e atividades, dada que estas dimensões, podem incidir tanto na estrutura, quanto na gestão. A multicampia estabelece uma territorialidade, esta relação entre sociedade e espaço. É neste espaço universitário de multidiversidade de ações, que esta pesquisa acontece.

Neste capítulo, farei a análise das informações da Ouvidoria da UNEB e do setor de Processo Administrativo (PAD), como principais fontes documentais de coletas de dados. Na pesquisa em pauta, os documentos utilizados, além do acervo sobre violência na universidade já mapeados na revisão literária e discussão teórica, recorri aos relatórios elaborados a partir de formalizações e notificações de vítimas de violência no espaço universitário. Por ser uma universidade multicampi, houve expectativa de obtenção destas informações em cada campi, por ouvidoria de cada departamento. No entanto, todas as notificações e registros de violência na Uneb, foram capturadas por meio de uma Ouvidoria Geral e setor de Processo Administrativo (PAD), centralizado.

Conforme veremos, o enriquecimento da discussão se deu por inserção de dados capturados por outras fontes, o que mostra a ampliação do tema a outros segmentos. Assim, a pesquisa e análise documental “[...] propõe-se a produzir novos conhecimentos, crias novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 14).

A análise foi constituída pela escolha e recolha (acesso) dos documentos, e posteriormente da análise, (Godoy, 1995). Como procedimento metodológico, foi utilizado a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1979), que divide o método de análise de conteúdo em três fases: pré-análise (organização do material), exploração do material e o tratamento dos resultados. Este método, consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Bardin (1979: 31).

Os números, muitas vezes, escondem a realidade, posto que diversas vítimas de algum tipo de violência não comunicam o fato, temendo represálias. Mesmo assim, se faz muito relevante discutir as diversas faces da violência no espaço universitário, dado o seu aparecimento e realidade, ainda que em quantitativos tímidos. A falta de impessoalidade pode ser um impedimento para que muitos ainda não sintam coragem de denunciar, por temerem uma “hierarquia” e, como mencionado acima, sofrer o efeito inverso.

Seguem as tabelas com as informações sobre os tipos de violência no corpo docente e discente.

Categoria: Discente						
Assunto	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019	
	Qtde	Local do Fato	Qtde	Local do Fato	Qtde	Local do Fato
Agressão Física			07	06 - DCH – Jacobina	03	02 - DCH e DCET - Salvador
				01- Gestão Campus Salvador		01 DCHT - Camaçari
Assédio Moral	02	01 DCH – Jacobina	02	01 - DCH – Jacobina		
		01 DCV - Salvador		01- DCV - Salvador		
Assédio Sexual	01	01 DCHT - Camaçari	01	01- Campus Salvador		
Homofobia	01	01 DEDC – Teixeira de Freitas				
Discriminação racial	01	01 DCHT – Bom Jesus da Lapa	01	Comunidade externa (facebook)	01	Campus Avançado Canudos
TOTAL		05		11		04

Categoria: Docente						
Assunto	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019	
	Qtde	Local do Fato	Qtde	Local do Fato	Qtde	Local do Fato
Assédio Moral			02	01 - DCHT - Seabra		
				01 - DEDC - Bonfim		

Fonte: Ouvidoria Uneb, 2020.

Notório na tabela, fornecida pela Ouvidoria da Uneb, que não consta denúncias e/ou reclamações de técnicos universitários da instituição. Como mencionado no capítulo inicial da pesquisa, a categoria dos técnicos era pretendida na pesquisa, mas as informações fornecidas não trouxeram dados sobre eles. Nos questionamos, se de fato, não houve ocorrências de violências sofridas ou praticadas por eles. A priori, a Uneb se negou a fornecer informações para a pesquisa, conforme despacho por e-mail eletrônico de documento assinado eletronicamente por Regianne Cristina Teixeira Brandao, Analista Universitário, em 13/12/2019, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

O Processo de número 074.7768.2019.0057593-44, que tinha como objeto a disponibilização de informações - projeto aluno MPED - Fábio Bastos à (Ouvidoria), solicitado pelo Mestrado Profissional em Educação e Diversidade - MPED - DEDC 14 – UNEB, como resposta à coordenação do MPED, deu o seguinte retorno:

Informamos que o pedido de informação constante neste processo não poderá ser atendido, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7724/2012: “Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação: (...) III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade. Acrescentamos ainda a Lei nº 12.527/2011, que em seu artigo 31, § 1º estabelece que: § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e Considera-se informação pessoal aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, conforme art. 4º, inciso IV da referida lei. Ante o exposto, reafirmamos a inviabilidade do atendimento à solicitação. (Ouvidoria Uneb, 2019).

Houve desta forma, um silêncio das informações na universidade do estado da Bahia, um silêncio das Fontes. Foi preciso reiteradas solicitações, reforçando a importância social da pesquisa, posto que a violência é uma doença social. Inclusive foi necessário a ida de forma presencial, à Ouvidoria da Uneb em Salvador – Bahia, para solicitar informações, sendo concedida apenas, conforme tabela acima.

O fenômeno da violência tem sido abordado em disciplinas distintas, como a Antropologia, Psicologia e a Sociologia. Para buscar explicar as origens desse comportamento agressivo, cada área do conhecimento tem um olhar em perspectivas distintas, desenvolvendo hipóteses (TEDESCHI & FELSON, 1994).

Visto que os fenômenos humanos podem ser resultantes de determinações diversas, a compreensão precisa ser em diversos níveis, numa perspectiva integradora. É importante, *a priori*, entender o conceito de agressão. Ferreira (1999) o define como disposição para agredir, para o encadeamento de conduta hostil, bem como destrutivas. Além disso, significa também ataque à integridade da pessoa, seja física ou moral, ato de provocar e hostilizar.

Diversas perspectivas teóricas são utilizadas para compreender o fenômeno da agressão. Dentre as teorias mais generalistas, destacam-se o modelo proposto por Charles Darwin, por seleção natural, como também a psicanálise de Sigmund Freud, ambas seculares. Em Três ensaios sobre a Teoria da sexualidade (1905/1989), Freud conclui que é junto ao desenvolvimento do indivíduo que a agressividade começa a se formar. Na obra *O mal-estar na civilização* (1930/1989), Freud chega a assinalar que a agressão é o pico ao impedimento à civilização. Já

Darwin (1998), em seu livro de 1872, *A expressão das Emoções no homem e nos animais*, gerou enorme impacto, quando afirmou que o comportamento humano é controlado pelos mesmos mecanismos que dirigem o comportamento dos demais organismos.

Notadamente, a vitimização decorrente da *agressão física*, na UNEB, nesse período investigado, acontece apenas entre os discentes nos anos 2018 e 2019. Nenhum caso foi registrado em 2017 nos seus 30 departamentos. Não tivemos informações da descrição dessas agressões, nem do seu contexto para análise. Uma dezena de casos, envolvendo os departamentos de Salvador, Camaçari e Jacobina. A *agressão física* como primeiro tipo na tabela informativa, marca a abordagem inicial das tipologias da violência na Uneb.

Estas informações parciais, colocaram-se como desafios na pesquisa. Quais os agentes envolvidos nestas agressões? Foram registradas na categoria discente, mas praticada por outros discentes? Professores? Técnicos universitários? Pessoa externa à universidade? Contexto da ação narrado? O silêncio das informações não permitiram obter estas respostas. Logo num ambiente universitário, em que a comunidade acadêmica é estimulada a lutar, construir, expor, compartilhar. Mas se calar, não. Mas houve o silêncio. Para Lapoujade:

É justamente no interior da linguagem, entre os seres falantes, que se encontra uma grande variedade de silêncios: (...) há o silêncio de quem escuta, de quem se recusa a falar. Há silêncios cúmplices, silêncios desaprovadores, silêncios ameaçadores, silêncios repousantes, e o silêncio das coisas materiais participa de todos esses silêncios (LAPOUJADE, 2014, p.152).

A Uneb, num silêncio em que se recusava a falar, deixou a pesquisa por um tempo no silêncio da espera. Para Hirigoyen (2006, p. 142), “[...] o meio educativo é um dos mais afetados pelas práticas de assédio moral”, por exemplo. Se torna tal afirmação preocupante por ser uma instituição, cujo objetivo é a geração e compartilhamento do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, e há o desconhecimento dos trabalhadores e alunos, a ausência de discussões sobre o tema no ambiente universitário e a falta de políticas e práticas de combate, podem provocar grandes problemas no enfrentamento às violências. Esta violência - *assédio moral*, aparece na categoria docente em 2018, e categoria discente, em 2017 e 2018.

Para Heyns Leymann (1996), *assédio moral* é conceituado como uma prática que vem se a desenvolver em situações comunicativas hostis, onde um, ou vários indivíduos coagem determinada pessoa ou um grupo de pessoas de tal maneira, levando-a a certa fragilidade psicológica. Marie-France Herigoyen (2002a) discutiu, em sua obra *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*, que essa conduta abusiva pode estar relacionada a comportamentos, gestos, escritas ou palavras, causando danos à dignidade, à personalidade, à integridade física e/ou psíquica da pessoa. O assédio moral tem sido também mencionado como violência moral, no trabalho, causando situações vexatórias, humilhantes e constrangedoras no exercício da função, conforme aduz a pesquisadora brasileira Margarida Barreto (2000).

Entendo que o *assédio moral* é a repetitiva intenção de desqualificação da pessoa, tendo, como resultado, sua fragilização e seu poder neutralizado ou enfraquecido, sendo isto uma perversão moral. Este pode ser uma violência cultural expressada por meio de crenças e práticas, de modo tão repetidos e reproduzidos, que se tornam naturalizados, banalizados. Seis ocorrências registradas em dois anos na universidade, para um tipo de violência que se apresenta de diversas formas, é um número baixo, pois concordo com a afirmação de Hirigoyen (2006), que o meio educativo é bastante afetado por esta prática. Pessoas agressoras são, em dolorosa verdade, muitas vezes, admiradas pela eficiência em sua prática num tempo relativamente curto, mesmo tratando com desprezo e arrogância o outro.

As consequências para a saúde física ou psíquica são as piores, como consumo excessivo de álcool, depressão, alteração do sono, vontade de chorar e, em alguns casos, até suicídio (BARRETO, 2000). Se para a vítima, os efeitos são catastróficos, para a organização/instituição, as ocorrências de assédio podem provocar redução na produtividade, absenteísmo, rotatividade de pessoal, dentre outros. Ao que discutimos até aqui, só aparenta positividade para o agressor, que parece sentir-se bem em fazer o mal a outrem. Mesmo não tendo detalhes das ocorrências sobre esta tipologia, as consequências para as vítimas e instituição são concretas.

Outro tipo de violência que apreço nos dados da Ouvidoria da Uneb, é o *assédio sexual*, considerado uma doença social bastante antiga, vista pela sociedade contemporânea com um novo olhar. É necessário destacar que para o

direito positivado, incluindo em 2001, a única forma de caracterização de assédio sexual, criminalizada no Brasil, é quando este ocorre nas relações de subordinação no trabalho. O Código Penal Brasileiro é taxativo quando diz em seu artigo 216^a:

Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Sabemos, no entanto, que este problema é muito mais amplo, indo além da conceituação de criminalização no Brasil. Uma conduta de natureza sexual indesejada, negada pela vítima e reiterada continuamente pelo agressor, pode ser conceituado como assédio sexual. Isto pode acontecer em diversas formas de relação social. Podemos, então, elencar os elementos básicos para a caracterização do assédio sexual:

- assediador e destinatário;
- natureza da conduta sexual;
- negativa à conduta do assediador;
- e continuidade da conduta.

Se há tipificação no Código Penal, onde estaria a ilicitude do assédio sexual praticado fora deste limite? Se há previsão legal para o assédio sexual no ambiente laboral, haveria como imputar responsabilidades desta prática agressiva em outros meios sociais? O assédio sexual é um grande problema, inclusive no contexto universitário. Souza (2017, p.13) trata do “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violência sexual”. Isto nos leva a uma reflexão para o cuidado à naturalização, “cultura” e banalização da violência, caso em discussão, a sexual. O assédio sexual no contexto universitário deve ser discutido e combatido.

É importante pontuar que, além da relação hierárquica estabelecida em Lei (CP, 2001), pode haver o adendo da desigualdade de gênero, pois, segundo Pamplona Filho (2000, p. 116), “Na esmagadora maioria dos casos notificados, o sujeito ativo do comportamento configurador do assédio sexual é o homem, e são afetadas, predominantemente, as mulheres”. Embora este marcador social de gênero seja destacado por Filho (2000), não podemos identificar também o contexto

nem as vítimas de assédio sexual na UNEB, que registrou 02 casos, um em 2017 e o outro em 2018. Durante toda a pesquisa, me perguntei o porquê de tão poucos casos, diante do aparecimento gritante de casos veiculados nas mídias sociais, e por se tratar de uma violência simbólica também, sutil em sua perceptividade.

O medo das vítimas, refletidos pelo silêncio, pode estar relacionado à incredulidade, perseguição, proibição para participar de grupos de pesquisa, reprovação e medo de não conseguir ingressar em cursos de pós-graduação. Tudo isso pode justificar o silêncio e o medo de denunciar.

O país registrou, no ano 2018, segundo o FBSP (2020), 4.235 casos de assédio sexual e 4.568 casos, em 2019. Os casos que não se classificam como assédio, aqueles que não há relação hierárquica, de subordinação – a importunação sexual foram registrados 1.352 casos em 2018 e um aumento espantoso, em 2019, com 8.153 casos. A Bahia só registrou os casos de importunação sexual em 2019, com 617 casos, não capturando os números de assédio sexual (FBSP, 2020). Nota-se números consideráveis na Bahia e no Brasil, e numa universidade multi diversa como a Uneb, tímidos dois (casos).

Este resultado pode estar relacionado ao medo em denunciar, ou a falta de conhecimento do ato sofrido. O Ministério Público de São Paulo, em seu Núcleo de Gênero, explica a diferença entre assédio sexual e importunação sexual da seguinte forma: o crime de assédio sexual, previsto no Código Penal (art. 216-A), pressupõe uma existência de relação laboral entre o ativo (agressor), e a vítima. Por outro lado, a Importunação sexual, se configura como a prática contra alguém e sem o seu consentimento, de ato libidinoso, com mero objetivo de satisfazer sua lascívia ou mesmo de outrem.

Neste olhar conceitual, só poderia ser considerado assédio sexual na universidade, as praticadas nas relações de subordinação laboral, entre colegas de trabalho, numa perspectiva hierárquica. Os únicos dois casos registrados, foram na categoria discente, o que pode descartar uma relação laboral. O que foi registrado como assédio sexual, seria importunação sexual. Isso só ratifica a importância do estudo, da pesquisa para universidade, o que possibilitará uma ampliação da discussão da temática na instituição bem como na sociedade.

Como quarto tipo de violência na uneb, a atitude hostil com os homossexuais o que conhecemos como *homofobia*, houve apenas, 1 caso relatado

na UNEB. O termo é recente, visto ter figurado nos dicionários europeus no final dos anos 1990. Segundo Lionço e Diniz (2009):

Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade. Nos dicionários de sinônimos, a palavra “heterossexualidade” nem sequer aparece; por outro lado, androgmaia, androfolia, homofilia, inversão, pederastia, pedofolia, socratismo, uranismo, androfobia, lesbianismo, safismo e tribadismo são propostos como equivalentes ao termo “homossexualidade” (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 17).

Vale ressaltar que, no tratamento desta temática, há uma forma de hierarquização das sexualidades, já que se confere à heterossexualidade normalidade, superioridade. A universidade tem um papel importante na luta contra a intolerância. Conforme aponta Fleury (2000), o Brasil até que tem adotado práticas de Gestão da Diversidade, com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Com isto, a discriminação e desigualdade sexual ganham destaque. Ainda assim, como menciona Mott (2006), este grupo social, compreendido como “minorias sexuais”, sofrem ataques de preconceito e discriminação. Borrilho (2009) fala de uma “ordem social”, ou ‘natural’, a qual estrutura estas relações sociais – sexo e sexualidade, uma espécie de ordem de sequência de que o sexo (macho/fêmea), se complementam em seus papéis afetivos e sexuais.

A homofobia é considerada, portanto, uma violência. Diante o exposto, conforme Foucault (1988, p.39):

O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discricção, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo.

O país registrou crime de lesão corporal dolosa, ou seja, intencional, praticada contra a comunidade LGBTQI+, segundo o FBSP, (2020), somente em 2018, foram 735 casos e, em 2019, 775 casos. No mesmo período, a Bahia registrou 156 casos em 2018 e 162 casos em 2019. A Universidade do Estado da Bahia registrou na instituição, por meio de sua Ouvidoria e setor PAD – Processo Administrativo Disciplinar, apenas 01 caso, ainda em 2017 na categoria discente, em um Campus no sul do Estado. Não houve registro em 2018 e 2019. Não há registro da sub violência, envolvendo a homofobia, o que compreendo ser um número tímido, o que pode não condizer com a realidade, por medo da denúncia. Muitos ainda sofrem no silêncio.

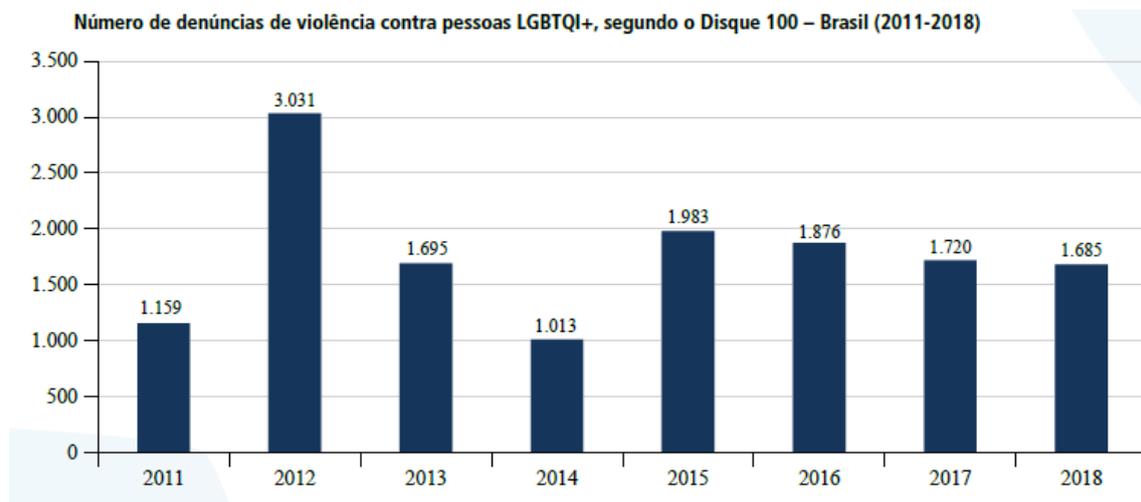
Análogo ao que acontece com os dados de discriminação racial, os dados concernentes à homofobia, com abordagem ampliada à população LGBTQI+, apresenta um déficit gigantesco de publicização e captação por parte de órgãos de levantamento de dados. Neste sentido, o silêncio da universidade, junto ao silêncio de outros órgãos. Ratificando esta afirmativa, dos 297 homicídios de LGBTQI+ que foram contabilizados pelo Grupo Gay da Bahia (DE OLIVEIRA; MOTT, 2020), apenas 84 casos foram capturados pelas estatísticas, no mesmo ano de 2019. Tanto o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, quanto a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), criada em 2000, por meio de suas redes, fazem buscas ativas a fim de contabilizar as pessoas LGBTQI+.

Faço duas observações importantes. Como é aparente, o problema tem se agravado muito e, como mencionado, a invisibilidade deste problema social no que se refere à captação de dados oficiais estatísticos tem se somado às dificuldades relacionadas ao trato com a temática.

Não se sabe sequer qual é o tamanho da comunidade LGBTQI+, visto que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ainda não utilizou, em seus surveys, qualquer pergunta de orientação sexual, o que não impediria a Uneb, de mapear esta comunidade, mas também não o faz até então. Além disso, a polícia não faz classificação da vítima segundo sua orientação sexual, bem como não existe tal classificação nas declarações de óbitos. Assim, a tarefa é hercúlea para ter dimensão e traçar políticas públicas por diagnósticos, que venha aplacar a violência contra a população LGBTQI+.

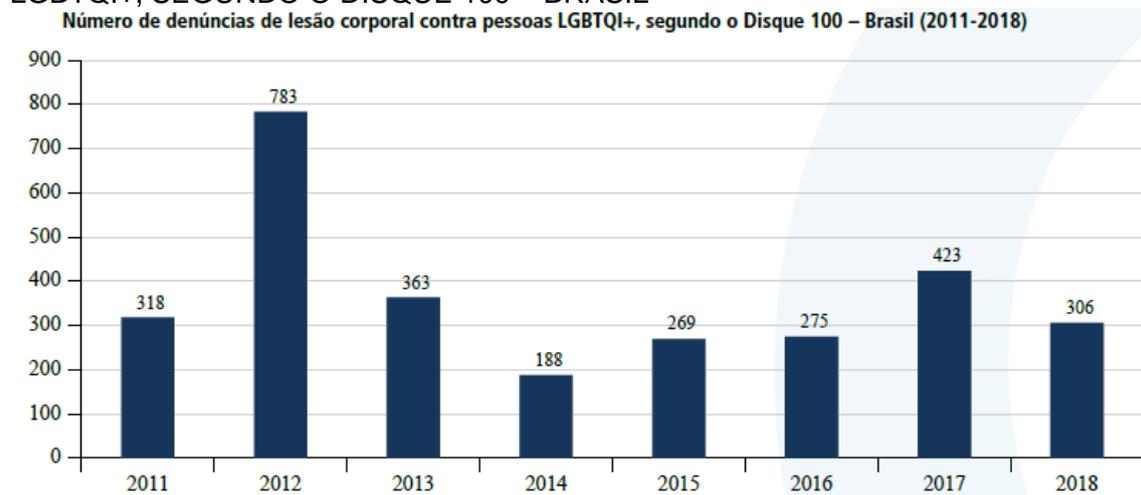
Como um dos mecanismos de suporte, há o Disque 100, que recebe, analisa e encaminha as denúncias quando violados os direitos humanos relacionados aos diversos grupos, dentre eles, LGBTQI+, acionando os órgãos competentes. O canal atende, diariamente, 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados. Os gráficos a seguir mostram os números da violência sofrida pela comunidade LGBTQI+.

GRÁFICO 1. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQI+, SEGUNDO O DISQUE 100 – BRASIL.



Fonte: Disque 100/MMFDH.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

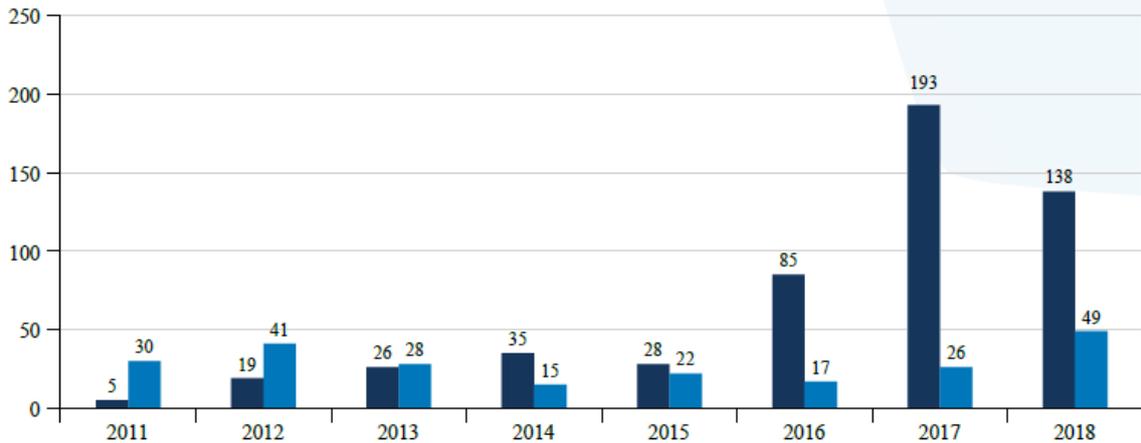
GRÁFICO 2. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE LESÃO CORPORAL CONTRA PESSOAS LGBTQI+, SEGUNDO O DISQUE 100 – BRASIL



Fonte: Disque 100/MMFDH.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

GRÁFICO 3. NÚMERO DE DENÚNCIAS DE HOMICÍDIO E DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA PESSOAS LGBTQI+, SEGUNDO O DISQUE 100 – BRASIL

Número de denúncias de homicídio e de tentativa de homicídio contra pessoas LGBTQI+, segundo o Disque 100 – Brasil (2011-2018)



Fonte: Disque 100/MMFDH.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Em números, a Bahia registrou, de acordo com o Canal Disque 100, no ano de 2017, setenta e duas denúncias contra pessoas LGBTQI+, e (65) denúncias em 2018. Especificamente sobre Lesão corporal foram registrados no estado, vinte e duas denúncias em 2017, e (18) denúncias em 2018. A forma mais grave da violência foi registrado dezoito homicídios em 2017 e dez homicídios em 2018.

Percebemos até aqui, que os números diferem, quando comparamos os dados do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e o Canal Disque 100, visto o que as informações do Canal podem apresentar baixa confiabilidade, por se tratar de informações via telefone, conforme pontua o Atlas da Violência (2020). Esta observação é fundamental, mas não diminui a relevância das informações por ser uma das raras vias de levantamento de dados sobre a comunidade LGBTQI+, importantes para políticas de combate a LGBTfobia. A universidade, pelo compromisso social, pode romper este silêncio e ser também, uma fonte de captação de informações dessa comunidade.

Além das tipologias, *agressão física, assédio sexual, assédio moral, e homofobia*, registradas na Uneb e analisadas aqui, outro assunto traz em si uma complexidade enorme: a *discriminação racial*. É um tema que não se pode fugir. O racismo e o preconceito são atitudes. O preconceito – de qualquer espécie – será sempre uma atitude negativa contra algo ou alguém. Ocorre, portanto, o preconceito

racial, quando um indivíduo, ou mesmo um grupo, sofre uma ação negativa por parte de outro, que vê como referência o próprio grupo racial.

Ressalto que preconceito racial e racismo não são as mesmas coisas. O racismo ocorre quando aspectos negativos em virtude de características culturais ou físicas atribuídas a determinado grupo. A ideia de raça perde força no campo das ciências. Etnia é a ideia que prevalecerá. Um grupo étnico remete a ideia de pertencimento, a mesma cultura, idioma, enquanto a ideia de raça aciona mais aspectos fenotípicos.

É importante termos conhecimento de que o Brasil foi o país que mais traficou negros ao longo de mais de três séculos. A crença de inferioridade dos negros por parte dos europeus e gravemente legitimado pela Igreja, deu origem a um dos comércios mais grotescos que o mundo já viu. Foram séculos escravizados e a maneira com que ocorreu a Abolição da escravidão também condenou os negros à inércia social e à ausência de provimentos econômicos e educacionais. É lamentável, mas é fato que ainda hoje a educação é um espaço onde se vê e constrói também a discriminação. A crença no espaço educacional cidadão e de todos pode emergir como resistência contra o racismo na educação. Hoje, a universidade não pode se consentir a um posicionamento meramente provocatório sobre o racismo.

O FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) divulgou os números de racismo, identificados também como preconceito e discriminação. O Brasil registrou, em 2018, 1.528 casos e, no ano seguinte, em 2019, 1.396 casos. A Bahia registrou, no mesmo período, 76 casos em 2018 e 64 casos, em 2019. No recorte temporal e espacial da pesquisa, a Universidade do Estado da Bahia registrou 02 casos no mesmo período, sendo um caso em cada ano – 2018 e 2019. Um outro caso havia sido registrado em 2017. Em três anos, três casos. Num país, em que as ações discriminatórias são banalizadas, praticadas das mais diversas formas, desde as copiosas às mais sutis, com comentários com do ponto de vista do agressor “despretensioso”, causa espanto o registro de um caso por ano na Uneb, total de três entres os anos de 2017, 2018 e 2019.

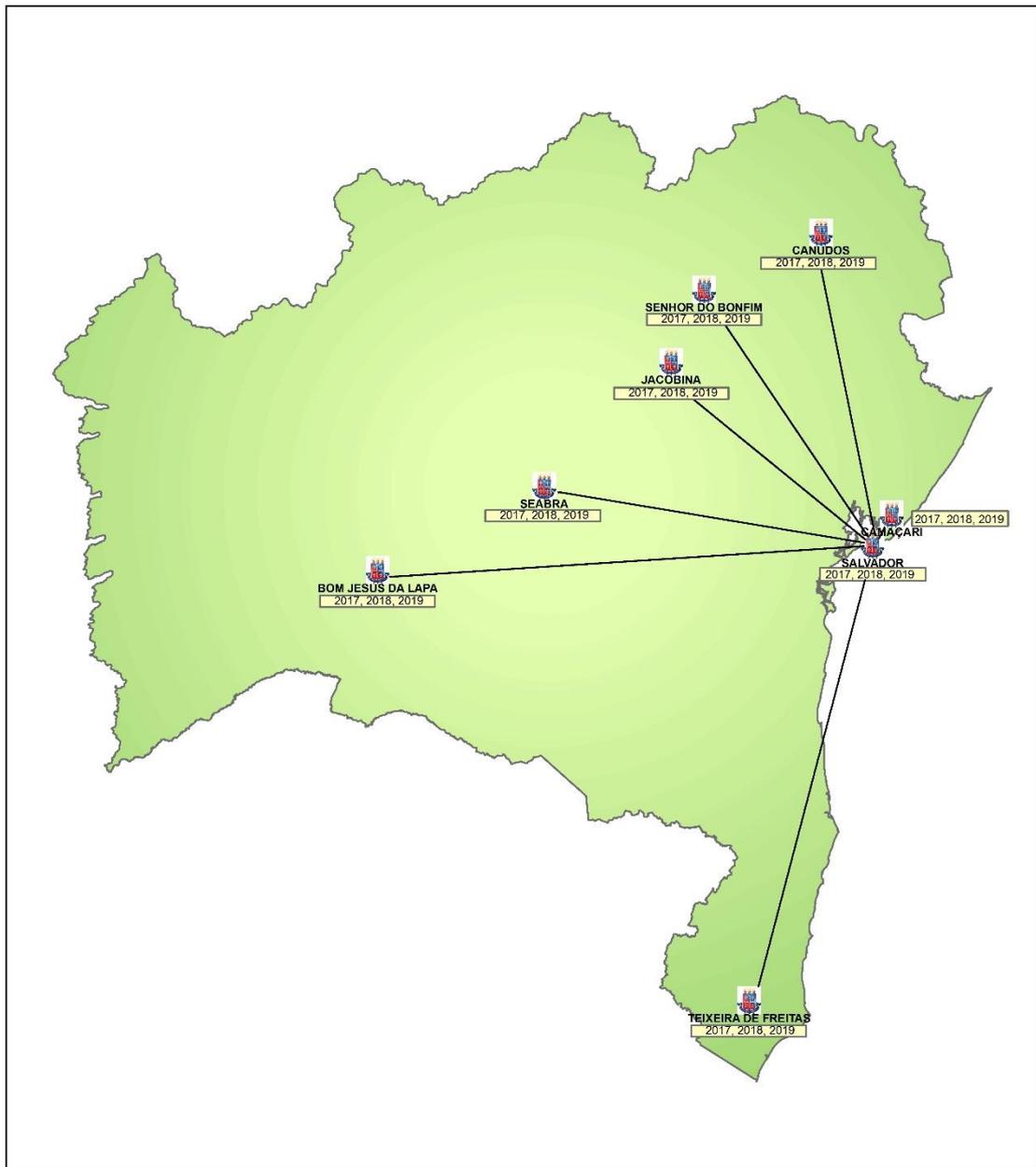
É importante diferenciar, no âmbito da abordagem da discriminação racial, os crimes de injúria racial e racismo. A injúria racial faz referência a um racismo relacional, presente nas relações interpessoais; atinge, assim, as pessoas em escala

individual. Enquanto o racismo faz referência a uma coletividade, quando há uma desumanização do coletivo, uma negativa à raça, cor, orientação sexual, identidade de gênero e religião. No tipo *discriminação racial*, não há como afirmar de que forma essa discriminação ocorreu na Uneb.

Os números da pesquisa não foram possíveis detalhar a sub violência da discriminação, o que torna imprescindível um trabalho de proposição de enfrentamento das violências na UNEB, que possibilite um trato minucioso das ocorrências, seja no estímulo às denúncias ou na publicização do problema. O que pode ter ocasionado números “tímidos” destes tipos de violência na universidade? Não se pode afirmar uma causalidade apenas, mas as dificuldades inerentes à comprovação do crime e à expectativa frustrada em relação à persecução penal dos agressores, sem que ocorra a responsabilização dos ativos (agressores) podem contribuir para o baixo número de registros. O que causa espanto é o paradoxo de realidades. Os indicadores de negros entre os mais pobres, e outros tantos indicadores como escolaridade, mostram a intensa desigualdade racial no Brasil. Tão visível nestes indicadores, o racismo parece desaparecer nas estatísticas de registros criminais. Maiúsculo nos indicadores sociais, minúsculo nos registros criminais, minúsculos nos registros da Uneb.

Identificadas as tipologias da violência na maior Universidade do Norte-Nordeste, a UNEB demonstra o enorme distanciamento entre a captura de informações e o que fazer com os dados obtidos. Dada a seriedade, o impacto sociocultural que este fenômeno pode causar tanto na vítima, quanto na própria universidade, é urgente ir além dos arquivos e levantamento dos números. Embora pareçam ínfimos, conforme expõe o mapa, com 8 campi dos 30 departamentos, identificados com vítimas tipologias apresentadas aqui, o problema pode ser muito mais complexo, pois a violência é real na universidade, requerendo um olhar ampliado sobre ela.

FIGURA 3. CAMPIS DA UNEB IDENTIFICADOS COM TIPOLOGIAS DA VIOLENCIA NOS ANOS DE 2017, 2018 E 2019.



Fonte: Ouvidoria da Uneb, 2020.

Elaboração: Alessandro Reis, 2021.

6. PROPOSTA INTERVENTIVA.

Quando há a ocorrência dessas práticas/fenômenos no ambiente organizacional, no caso em pesquisa (Universidade), compreendo que cabe à gestão institucional, políticas de enfrentamento e combate. Digo isto, porque as diversas formas de violação da dignidade não podem de forma alguma serem vistas como situações interpessoais tão somente, mas um conjunto de situações que envolvem indissociavelmente a Instituição/Universidade, em suas práticas e valores. Boaventura (1989), diz que “é necessário repensar inovadora e radicalmente a ideia de universidade para que esta se possa transformar numa universidade de ideias.” Como pode a Universidade, a UNEB, pensar e desenvolver ações para discussões e enfrentamento da violência no seu corpo, espaço universitário? Ressalto aqui que entendo como espaço universitário qualquer lugar em que a universidade possa estar presente nas diversas formas.

Para pensar a redução dos casos de assédio e outros tipos de violência, é importante e necessário reprimir os fatores que possam provocar tais comportamentos/ações, além de intensificar a divulgação das consequências destas atitudes para os agressores (SALIN, 2008). Thomas (1996) aduz que a gestão da diversidade pode ser definida como um modelo de dimensão holística de gestão, onde dentro de uma instituição pode ser incorporada a diversidade para um ambiente organizacional, como estratégias, possibilitando ao coletivo o desenvolvimento pleno de seu potencial e concretização dos objetivos desta instituição.

Ainda neste sentido, Cox (1993) afirma que a administração da diversidade implica planejamento, execução de sistemas e práticas organizacionais de gestão de pessoas/corpo universitário, de modo a desenvolver ações para o enfrentamento às violências. Gerir a diversidade significa agregar valor à organização. As discussões nesta pesquisa, mostraram que o ambiente universitário é composto de pessoas de variadas culturas, condição social, diversidade étnica, de gênero. As opiniões múltiplas, podem gerar conflitos. Na própria diversidade, aparecem as desigualdades. Contudo, é preciso destacar como, atualmente, o tema tem estado em evidencia, sobretudo a partir da questão da diferença social. Nesse sentido conforme observou Crapanzano (2002), é necessário:

Indagar sobre as condições pragmáticas por meio das quais as categorias de um sistema classificatório são definidas e aplicadas. Em vez de pensarmos em raça, gênero, sexo, idade, cor e classe como categorias normativas e monolíticas, cabe entendê-las, antes, como categorias empíricas e relacionais, que emergem de confrontações interpretativas, de diferentes modos de operar e atualizar sistemas de classificação social. (Straling; Schwarcz, 2005-2006, p. 230).

Estes marcadores sociais são definidores para as vitimização da violência na universidade? A violência tem a face destes marcadores, como gênero, etnia, orientação sexual? Conforme abordado no trabalho, o silêncio das informações da instituição não permitiu obter esta resposta, mas a proposta interventiva possibilitará o debate deste, e de outros possíveis questionamentos ulteriores. A UNEB não possui nenhum Observatório de Violência. Outras renomadas universidades do país possuem Núcleos e Laboratórios da Violência, como o NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo) e o LAV (Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Como produto, proponho a criação de um Observatório da Violência na UNEB. Este deve ser um canal de participação coletiva e democrática, em que as vítimas poderão sentir mais leveza em compartilhar esses ataques sofridos, a fim de punir os agressores.

Fialho (2005) permitiu entender nas discussões e reflexões da universidade multicampal, a complementação dos significados atribuídos ao termo multicampi, a - quantidade, localização geográfica e lugar de produção. O papel da universidade é incorporar as diferenças existentes, na execução de suas ações, vindo a proporcionar investigação, transformando-a em conhecimento, buscando explicações sobre estes contextos onde está inserida, participando desta forma, do desenvolvimento daquele território, como reforça Nádia Fialho (2005) “possibilidades de atuação sobre essas realidades e de modificações dos seus quadros sociais e históricos”. Tenciono o Observatório da Violência na Uneb, nesta perspectiva.

Com proposta de implantação e atuação nos Territórios de Identidade, O Observatório irá reunir pesquisadores e pesquisadoras que investiguem as ações diversas de violência no contexto universitário, possibilitando interações constantes com o público externo à universidade. A SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Bahia, ao definir e conceituar os Territórios, mostra que essas identidades são

estabelecidas por um conjunto de elementos diversos, econômicos, culturais e sociais, pelas especificidades:

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (SEPLAN, 2021).

Este sentimento de pertencimento é fundamental para o mergulho nas ações costuradas e construídas pela universidade pela participação coletiva. A universidade está na sociedade. A criação dos Territórios de Identidade surgiu com o convite aos representantes das comunidades. Um convite opinativo. A relação entre estes indivíduos/grupos sociais e, as relações que estes mesmos indivíduos/grupos sociais estabelecem com o espaço, constroem as territorialidades, nascem as ideias e constroem as lutas, os enfrentamentos, (Haesbaert, 2004). A territorialidade expressa assim a luta pela manutenção da Identidade.

Como universidade descentralizada administrativamente, o Observatório da Violência também o será, de modo que a proposta é atuação do Observatório por Território de Identidade. Assim, as realidades locais, particularidades, cultura, as relações cotidianas destes atores sociais construirão seus referenciais, dando significado ao lugar, numa ação coletiva em conjuntos de relações sociais. Além disso, possibilitará a captura de informações tanto quantitativas, quanto sociais. A Bahia possui 27 Territórios de Identidade, inseridos neles os 417 municípios e, conforme pontuado a pouco, foram utilizados elementos constitutivos para a formulação de políticas públicas, na perspectiva do desenvolvimento.

Como marco territorial, esta proposta interventiva surge no MPED – Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, do Campus XIV – Conceição do Coité, cidade localizada no Território de Identidade do Sisal. Uma das atividades econômicas do Território do Sisal que se destaca, é a produção de sisal (Agave sisalana Pierre). Daí o nome do Território. É constituído por vinte municípios, além de Conceição do Coité, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção, Itiúba e, Serrinha. O local (Polo) em

cada território, onde o Observatório deverá atuar junto as demais cidades, deverá ser discutido, opinado e escolhido pela comunidade territorial.

Assim, Estas deverão ser as atribuições/ações do Observatório da Violência na UNEB:

Desenvolver estudos ligados ao campo das políticas públicas de promoção dos direitos da igualdade e do enfrentamento à violência na universidade. Os pilares da universidade na construção do conhecimento - o ensino, pesquisa e extensão, são importantes para o desenvolvimento da visão crítica da sociedade. Assim, além das atividades de voltadas para a aprendizagem dos discentes (ensino) e pesquisa dentro da universidade (pesquisa), promover a extensão, é abrir à participação da população, criando uma relação entre comunidade e universidade.

Outra ação, é promover a articulação da comunidade acadêmica com outros órgãos públicos e a sociedade civil para o melhoramento de mecanismos de proteção e combate à violência. A educação é feita de coletividades. Outros órgãos públicos que já atuam em casos investigativos de violência como o Ministério Público por exemplo, bem como a sociedade civil organizada, como os movimentos sociais, poderão e deverão ser somados, fortalecendo as políticas de prevenção e enfrentamento às violências junto ao Observatório.

Neste sentido, será imprescindível elaborar e desenvolver projetos relacionados à orientação de agressores e vítimas de violência. A identificação dos agressores é essencial no desenho das ocorrências. Apontar o ativo (agressor), com destemor não é tão simples, mas as culminâncias dos projetos pautados nesta conscientização, poderão conduzir as vítimas a quebrarem o silêncio. Isto é indispensável para representar administrativamente o agressor, tomando as medidas legais cabíveis.

Identificadas vítima e agressor, a orientação deverá estender a todos os envolvidos.

Ter o panorama dos envolvidos, é fundamental para criar e manter o arquivo atualizado da legislação, julgados e estatísticas relacionadas à reclamação formal de violência. Estes documentos servirão de subsídios e embasamento normativo para nortear tomadas de decisões do Conselho.

Dentre os meios utilizados para dar visibilidade e mostrar a importância e gravidade deste fenômeno, o Observatório deverá promover regularmente, eventos para sensibilização e conscientização à prevenção e enfrentamento à violência além

de promover a divulgação de campanhas públicas relativas a não discriminação, igualdade e enfrentamento à violência.

O Conselho do Observatório, deverá ser um organismo vinculado a própria Uneb, e será composto por representantes da universidade e egressos a ela, devendo fazer parte:

- 02 representantes da Reitoria
- 02 representantes da PROAF - Pro-reitoria de Ações Afirmativas
- 02 representantes de diretores de departamento
- 02 representantes do corpo docente
- 02 representantes do corpo discente (ativo, matriculado regularmente)
- 02 alunos egressos da Uneb.
- 01 representante jurídico da Uneb.

Neste Conselho, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros, que o compõem e, terá a função não só de fiscalizar e acompanhar os casos de supostas práticas de violência, mas também deliberar sobre as decisões referentes aos trâmites legais que deverão ser adotados em cada caso de violência praticada na Instituição.

Os princípios fundamentais do Conselho se alicerçará no respeito à alteridade étnico-cultural, em sua pluralidade e o compromisso com a causa étnico-cultural, numa perspectiva ampliada de uma sociedade pluriétnica, democrática e pluricultural.

A implantação do Observatório será sem dúvidas, importante para a comunidade acadêmica e sociedade que se beneficia do conhecimento construído e compartilhado pela universidade. Os impactos serão positivos para a ampliação da transparência dos casos e captação de informações sobre as violências na uneb.

A violência, em suas diversas faces, tem se tornado uma doença social grave e, como a pesquisa mostrou, embora os números e captações de informações sobre a violência na UNEB sejam tímidas, os estudos e pesquisas a serem desenvolvidas na Instituição terão extrema importância para ampliação das abordagens, desenvolvimentos de projetos e dinâmica deste fenômeno. Neste sentido, como orientação normativa, o Conselho do Observatório da Violência terá fundamentação em seu Regimento, disponível nesta pesquisa, no apêndice.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Abordam-se diversos mecanismos para o enfrentamento e combate às violências. A pesquisa nos mostrou que a violência é multicausal, significa dizer, que não podemos considerar este ou aquele motivo para a concretização desta prática e sim um conjunto de fatores, desde aqueles da própria pessoa, bem como problemas ligados a conjuntura sócio espacial. Nesse sentido, Cappi (2009) acredita que:

A prevenção da violência num sentido mais amplo, conseqüentemente, deve visar a um objetivo muito mais complexo do que a simples ausência da violência interpessoal – aquela mais familiarmente denunciada e dramatizada pela mídia. A prevenção da violência é indissociável de outros processos como a garantia de direitos, a participação e a democracia (CAPPI, 2009, p. 32).

O trabalho analítico investigativo mostrou que as informações capturadas em relação às violências no contexto universitário demonstraram que as vítimas foram identificadas, a partir das fontes primárias, recolhidas por meio dos relatórios disponibilizados pela Ouvidoria e PAD – setor de Processo Administrativo Disciplinar, quando foram formalizadas reclamações/queixas de discentes e docentes. As ocorrências foram direcionadas de forma centralizada a esta Ouvidoria, o que poderia ter sido feito nos próprios departamentos. Uma universidade distribuída, multicampi, e um problemas social como este, tratado de forma centralizada. A proposta interventiva caminha no oposto como acontece e na paridade do formato universitário.

Pelo silêncio da universidade, não foi disponibilizada informação de quais foram os ativos (agressores). O aluno sofreu agressão de outro aluno? De algum técnico universitário? De algum professor? De alguém externo à universidade, mas que se encontrava no espaço no momento da agressão? Por outro lado, as reclamações e formalização de violência feitas pelos docentes tiveram como ativos outros professores? Alunos? Técnicos universitários? Pessoas externas à universidade, mas que se encontravam lá no momento da agressão? O silêncio das informações, o silêncio das fontes – o silêncio da violência.

Num país de grandes desigualdades, discriminações disfarçadas, os dados possíveis, apenas permitiram a reflexão de quão paradoxal foram os marcadores sociais em números. O Observatório da violência, produto da proposta interventiva,

terá uma enorme responsabilidade social. Como bem pontua (CARNEIRO; 2001), “é necessário converter-se em um ser humano pelo e cheio de possibilidades para além de sua condição de raça e de gênero”. A busca por esta igualdade, envolve reivindicar uma humanização silenciada. Estas lutas, construída nas bases sociais, no fortalecimento de ideias, constroem territorialidades, formando os territórios onde estão as instituições universitárias, como espaço para estes enfrentamentos. Como fazer isso?

A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos “jogar”, uma velocidade (ou facilidade, via Internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades - elas próprias muito mais instáveis e móveis- e, dependendo de nossa condição social, também muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004a:344)

A pesquisa foi desafiadora pela negativa de informações, sob o argumento do sigilo, do anonimato legal das vítimas. Ou estas vítimas não sentiram segurança em expor os agressores? De tantas perguntas que não foram possíveis obter respostas, a principal obtivemos: a violência em suas diversas faces na universidade é uma realidade. Ela existe e mesmo que, em números tímidos, o que pode não exprimir a realidade, ou seja, pode ser muito mais que isso, pensar numa realidade oposta a esta é um desafio posto a instituição. Assim, objetiva-se uma melhoria na qualidade de vida e cidadania das pessoas, por meio de ações conjuntas.

Em uma democracia, os fundamentos das decisões coletivas devem estar acessíveis a todos os cidadãos aos quais eles são endereçadas. Isso implica que as decisões devem ser públicas em dois sentidos: sua discussão deve acontecer em fóruns públicos; e seu conteúdo deve ser compreensível a todos os afetados, de maneira a possibilitar a sua discussão pública. (SOUZA, 2010, p. 113).

Neste pensar, defendo e acredito que variados setores e, principalmente a educação, pensada coletivamente, poderão contribuir para a diminuição e enfrentamento à violência, pois, conforme aduz Balestreri (2004), sem educação não há a possibilidade de prevalecer um pensamento, uma cultura de respeito aos direitos humanos, da justiça e da paz. É neste olhar, que o Observatório da Violência na Uneb, mostrará sua relevância, em acompanhar os casos e as pessoas envolvidas nas supostas práticas de violência na instituição. Acompanhar em sentido

amplo, contínuo, processual, em que, cada caso identificado, se torne estudo, pesquisa e projeto de melhoria nas relações nas relações interpessoais.

Mesmo havendo historicamente a prática de violência na sociedade e esta cultura adentre os muros da universidade, apesar dos grandes desafios, pode-se pensar possibilidades a serem desenvolvidas com ações para uma educação de qualidade, participativa e com respeito à diversidade. A violência não é um fenômeno abstrato. Ela é concreta, ela existe.

Considerado um fenômeno multicausal, vimos que a violência se apresenta de formas e implicações variadas, se relacionando intrinsecamente à aspectos socioeconômicos, culturais e comportamentais correntes em cada sociedade. Minayo (1994) aborda este aspecto quando menciona que:

Para entendê-la, há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994, p. 7).

Importante pontuar isto, porque a forma como a compreendemos, implicará na maneira com intencionamos o defrontamento à esta doença social. Numa sociedade com estrutura social e desigual, a pesquisa mostrou que os números não representaram a realidade, foram díspares, quando se buscou indagar a captação das informações e seus marcadores sociais.

Portanto, dada essa complexidade, a pesquisa tentou mostrar que a violência é polissêmica, que sua manifestação está relacionada a multicausalidades, que “por inúmeras razões, nenhuma explicação desse fenômeno se esgota no nível biológico, ou pela inexistência de estudos conclusivos a respeito ou pelo caráter multicausal resultante da complexidade das interações e níveis envolvidos na sua produção” (MINAYO 2014, p. 251). Assim, da mesma forma que suas causas são diversas e manifestadas no contexto das interações sociais, o trabalho propõe ações de enfrentamento não individual, mas social, compreendendo que a coletividade é essencial para promover a dignidade e o bem estar da sociedade.

REFERÊNCIAS.

ABBAGNO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5 ed. rev. e ampli. Tradução de Alfredo Bosi e de Ivana Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA FILHO, N. **O campus universitário como campo (de pesquisa)**. IN: Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias. Georgina dos Santos; Sonia Maria Rocha Sampaio (Org.). Salvador: Edufba, 2012.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. —. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Remule-Dumará, 1994.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.

BALESTRERI, R.B. **Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça**. Passo Fundo: Editora Berthier, 2004.

BARDIN, L. 1979. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BARRETO, Margarida. (2000). **Uma jornada de humilhações**. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

BORRILLO, Daniel. **A homofobia**. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: Ed. UNB, 2009.

BOURDDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRASIL. Secretária da Educação Superior. Decreto nº 92.937, de 17 de julho de 1986. Autoriza o funcionamento da Universidade do estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 17 jul. 1986.

CARNEIRO, SUELI. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27-28 de agosto de 2001.

CRAPANZANO, VINCENT. **Estilos de interpretação e a retórica das categorias sociais**. In: CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167

CAPPI, R. **Mediação e prevenção da violência**. In: VELOSO, M. L.; AMORIM, S. A. (Org.). **Mediação popular: uma alternativa para a construção da justiça**. Salvador: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

- CASTRO, P. A. Controlar para quê? Uma análise etnográfica do controle na interação entre professor e aluno na sala de aula. 2006.187 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** –Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- CARDOSO, Elvídio Marculino. (1981). **Função social da universidade**. *Educar em Revista*, (1), 109-130.
- CHARLOT, B. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão, *Revista Sociologias*, ano 4, n. 8, p 432- 443, jul./dez. 2002.Disponível em: . Acesso em: 21 maio. 2011
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- COX, Taylor. **Cultural diversity in organizations: theory, research & practice**. San Francisco: Berrett Koehler, 1993.
- CUNHA, M. B. (2014). **Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva**. *Educação E Pesquisa*, 40(4), 1077-1092.
- DARWIN, C. (1998). **The expression of the emotions in man and animals** (3a ed., organizada por Paul Ekman). Londres: Oxford University Press. (Trabalho originalmente publicado em 1872).
- DE OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. (org.). **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gayda Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1976.
- FERNANDES, Dalvani. Território e Territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 2, n. 4, p. 59-68, 2009.
- FERREIRA, A. B. de H. (1999). **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIALHO, Nadia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Entre disciplina e rebeldia na escola**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Edição VIII. São Paulo, 2014.

FOUCAULT, M. (1988). **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. Foucault, M. (1995).

FREIRE COSTA, J. O medo social. **Veja 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo, Abril, 1993, p.83-89.

FREUD, S. (1989). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In J. Strachey (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Fatores etiológicos da agressão física 184 Sigmund Freud (Vol. 7, pp. 118-230). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905).

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, G. A.

GODOY, A. 1995. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 5 (3): 20-29.

GOULART, M. C. V.; COELHO, M.T.Á.D.; PONTES, S.A. **Considerações sobre a violência na universidade**. In: Anais do VII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristovão: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2013.

HAESBAERT, R. 1994. **O mito da desterritorialização e as "regiões-rede"**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

_____. 1997. **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha " no Nordeste**. Niterói: EdUFF

_____. 2001a. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.

_____. 2001b. **Le mythe de la déterritorialisation. Géographies et Cultures** n. 40. Paris: L'Harmattan.

_____. 2002a. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da A1 Queda**. Terra Livre n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros.

_____. 2002b. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras.

_____. 2004a. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004b.

_____. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de Exclusão**. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **O Mito da Desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRIGOYEN, M.-F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. (2002A). **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JOSSO, MARIE-CHRISTINE. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004. 285 p.

LAPOUJADE, D. “O inaudível: uma política do silêncio” in: NOVAES, **Mutações.** São Paulo: Ed. SESC SP, 2014, p.151-165.

LEYMANN, HEINS (1996). **Mobbing: la persécution au travail.** Paris: Le Seuil.

LIONÇO, TATIANA; DINIZ, DÉBORA. **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Editora UnB, 2009.

LUIZ DE OLIVEIRA, Silvio (2002): **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

MAFFESOLI, M. **o tempo das tribos.** Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MINAYO, M.C.S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. In: NJAINE, K. Assis; CONSTANTINO, P (Orgs.). **Impacto da violência na saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____. (2014). Violência e Educação: impactos e tendências. *Revista Pedagógica*, 15(31), 249-264.

MOTT, L. **Homo-afetividade e Direitos Humanos.** *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 14, n. 2, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo: como alguém se torna o que é.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ODALIA, Nilo. **O que é violência** / Nilo Odalia – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Coleção Primeiros Passos; 85).

OLIVEIRA, ADRIANA LEONIDAS; CHAMON, EDNA MARIA OLIVEIRA QUERIDO and MAURICIO, ALINE GOMES CAZARIM. **Representação social da**

violência: estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. *Educ. rev.* [online]. 2010, n.36, pp.261-274.

PAMPLONA FILHO, RODOLFO, "**Orientação Sexual e Discriminação no Emprego**" in "**Discriminação**" (coordenação de Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault), São Paulo, LTr Editora, 2000, p.382.

SALIN, D. **The prevention of workplace bullying as a question of human resource management:** measures adopted and underlying organizational factors. *Scandinavian Journal of Management*, vol. 24, n. 3, p. 221-231, 2008.

SANTOS, Ana Paula de Pádua; GAVRILOFF, Ana Carolina Martins; FRAGA, Nilson Cesar. Entre a teoria e a realidade: o conceito de território e territorialidade e sua aplicação no planejamento urbano—uma breve análise de aproximação. **REVISTA GEOGRAFAR**, v. 7, n. 2, 2012.

SANTOS, BOAVENTURA SOUSA. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** Rio: Graal, 1989.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** *Rev. Bras. de História & Ciências Sociais*. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. BAHIA, 2021. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>
Acesso em 25 de mar. 2021.

SILVA, JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural.** 2004. Disponível em www.franca.unesp.br

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos:** métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 376 p.

SILVA, MARILDA DA. **A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares?** *Educ. rev.* [online]. 2013, n.49, pp.339-353.

SOUSA, R. F. de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres.** In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25 (1), 2017.

SOUZA, L. G. de. **Segurança pública, participação social e a 1ª Conseg. R. bras.** *Segur. Públ*, ano 4, ed. 7, ago/set. 2010.

TAKEITI, BA. Juventude(s), **modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault.** In: SPINK, MJ, FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. *Psicologia social e pessoalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp.59-75.

TEDESCHI, J. T., & FELSON, R. B. (1994). **Violence, aggression, and coercive actions**. Washington, DC: American Psychological Association.

THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

THOMAS, D. **Making differences matter**: a new paradigm for managing diversity. *Harvard Business Review*, v. 74, n. 5, Sept./ Oct. 1996.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência. Brasil, 2015**. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf> > acesso em 29 de ago. 2015.

ZALUAR, A. – Qualidade de dados. **Políticas Públicas e Democracia**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2001.

_____. Violência e crime. In: MICELI, S. **Antropologia**. São Paulo: Sumaré, ANPOCS, 1999. (O que ler na Ciência Social brasileira; v. 1).

ZANATTA, Elisangela Argenta; MOTTA, Maria da Graça Corso da; TRINDADE, Leticia de Lima and VENDRUSCOLO, Carine. Vivências de violência no processo de formação em enfermagem: repercussões na corporeidade dos jovens. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2018, vol.27, n.3, e3670016. Epub Aug 09, 2018.

ZOTARELI, VILMA MARIA Z78v **Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista** / Vilma Maria Zotareli. Campinas, SP : [s.n.], 2010.

APÉNDICE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB.



REGIMENTO OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA

Aprovado pela Resolução CONSU nº (D.O.E).

Homologado pelo Decreto nº (D.O.E)

TÍTULO I DA UNIVERSIDADE E SUA CONCEPÇÃO

Art. 1º. (UNEB) - A Universidade do Estado da Bahia, criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983 e reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995, foi reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997. É uma Instituição autárquica de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, sendo vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na capital do estado, Salvador e jurisdição em todo o Território baiano.

Parágrafo Único. A missão da Uneb, é a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber.

TÍTULO II DA CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO

Art. 2º Fica criado o Observatório da Violência aprovado pela Resolução CONSU nº (D.O.E), e homologado pelo Decreto nº (D.O.E).

Art. 3º Tem como finalidade reunir pesquisadores e pesquisadoras que investiguem as ações diversas de violência no contexto universitário, possibilitando interações constantes com o público externo à universidade.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES/AÇÕES DO OBSERVATÓRIO

Art. 4º Estas deverão ser as atribuições/ações do Observatório da Violência na UNEB:

- I- Desenvolver estudos ligados ao campo das políticas públicas de promoção dos direitos da igualdade e do enfrentamento à violência na universidade;
- II- Promover a articulação da comunidade acadêmica com outros órgãos públicos e a sociedade civil para o melhoramento de mecanismos de proteção e combate à violência;

- III- Elaborar e desenvolver projetos relacionados à orientação de agressores e vítimas de violência;
- IV- Criar e manter o arquivo atualizado da legislação, julgados e estatísticas relacionadas à reclamação formal de violência;
- V- Promover regularmente eventos para sensibilização e conscientização à prevenção e enfrentamento à violência;
- VI - Promover a divulgação de campanhas públicas relativas a não discriminação, igualdade e enfrentamento à violência;
- VII - Representar administrativamente o agressor, tomando as medidas legais cabíveis.

TÍTULO IV

DA CRIAÇÃO DO CONSELHO DO OBSERVATÓRIO (CONOV- UNEB)

Art. 5º Fica criado o Conselho do Observatório, organismo vinculado a própria Uneb.

§ 1º será composto por representantes da universidade e egressos a ela, devendo fazer parte:

- I - 02 representantes da Reitoria
- II - 02 representantes da PROAF - Pro-reitoria de Ações Afirmativas
- III - 02 representantes de diretores de departamento
- IV - 02 representantes do corpo docente
- V - 02 representantes do corpo discente (ativo, matriculado regularmente)
- VI - 02 alunos egressos da Uneb.
- VII - 01 representante jurídico da Uneb.

§ 2º o presidente do Conselho, será eleito por maioria dos votos dos membros, que o compõem e, terá a função não só de fiscalizar e acompanhar os casos de supostas práticas de violência, bem como deliberar sobre as decisões referentes aos trâmites legais que deverão ser adotados nos casos de violência praticada na Instituição.

TÍTULO V

DA SEDE

Art. 6º Seguindo o formato multicampi, o Observatório da Violência atuará em todos os Territórios de Identidade, ficando a cidade sede, a ser escolhida com a participação da comunidade, por meio de seus representantes sociais.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O presente Regimento tem por objetivo disciplinar a organização e funcionamento do Observatório da Violência, seus serviços e atividades, vinculadas à Universidade do Estado da Bahia.

Conceição do Coité, Bahia – 27 de abril de 2021.

José Bites de Carvalho
Reitor